

RESUMOS DAS COMUNICAÇÕES E DOS POSTERS



**CIM
2011**

IV CONGRESSO
INTERNACIONAL
DA MONTANHA

TURISMO E DESPORTO DE NATUREZA

18 - 20 Novembro de 2011

ESTORIL

ORGANIZAÇÃO:



ÍNDICE

RESUMOS por temas do congresso

A - Sustentabilidade e responsabilidade.....	3
B - Empreendedorismo e Inovação.....	22
C - Formação e aspectos técnicos	28
D - Saúde, fisiologia e desporto na natureza	41
E - Turismo na Natureza	50
F - Empresas de animação turística: problemas e práticas	56
G - Gestão do risco.....	59
POSTERS.....	66

A - Sustentabilidade e responsabilidade

A1- Societal trends and their effects on recreation behaviour and environmental impacts

Ulrike Proebstl

Recreation behavior has always been a mirror of societal needs and trends. This presentation will present mega trends and values influencing new demands, new products and behavior. In this context I will show the effects of demographic change, the information society, growing individualism and the search for defining a meaningful life on both the environment and on the opportunity to create new offers (i.e. job opportunities). Examples from various projects, mainly from the alpine area, will illustrate the presented findings. The presentation will underline that managers should have an understanding of the main motives and other reasons driving visitor behavior to meet changing demands and to define suitable management actions for nature conservation.

Ulrike Pröbstl is professor at the institute of landscape development, recreation and conservation planning at BOKU University of Natural Resources and Life Sciences in Vienna. She has a master in landscape planning, a PhD in forest policy and a habilitation in environmental planning. Her current research addresses landscape development, recreation and tourism planning, forest recreation, and protected areas planning. Another focus of her research is the development of environmental assessment and auditing methods with a focus on landscapes in general and ski areas specifically. Actual projects are dealing with adaptation processes to climate change explicitly in the field of mountain tourism, winter and water sport activities. She is member of the IUFRO-board, the international union of forest research organisations, and member of many other national and international professional organisations.

A2 - Estudio sobre percurros sinalizados e desenvolvemento sustentábel

José María Nasarre

La difusión de los deportes de montaña ha conducido a su regulación desde las perspectivas del turismo y la conservación del medio ambiente. Es necesario impulsar también una óptica jurídica propia de los montañeros que sea de utilidad en el momento de legislar, conciliando la protección y el disfrute del medio natural y evitando las prohibiciones.

José María Nasarre Sarmiento

Doctor en Derecho, Profesor del Departamento de Derecho de la Empresa de la Universidad de Zaragoza, con docencia en la Escuela Universitaria de Estudios Sociales. Ha dirigido ocho proyectos de investigación en los últimos cuatro años relacionados con el turismo y el deporte en la montaña, en temas tales como responsabilidad civil, senderismo, escalada, refugios de montaña, esquí de fondo, actividades en espacios naturales protegidos, guías de montaña, etc. En la actualidad dirige el equipo encargado de la asesoría jurídica de la Federación Española de Deportes de Montaña y Escalada en materia de senderismo y espacios naturales protegidos. Coautor del libro “La vertiente jurídica del montañismo”, publicado por editorial PRAMES en marzo de 2001.

A3 - Turismo de natureza no Parque Natural da Serra da Estrela: ferramentas e desafios

Marco Gomes

ICNB, I.P.

gomesm@icnb.pt, marcoagomes@sapo.pt

A abordagem ao tema “turismo de natureza”, no Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE), requer um esforço de contextualização territorial mais abrangente que se estende para além dos limites administrativos que definem aquela Área Protegida (AP). Este esforço não se confina à maior dimensão espacial, a qual apresenta inúmeras vantagens quando confrontada com um enfoque mais restrito, mas antes a uma perspectiva multidisciplinar que traduza o contributo, e logo o compromisso, de agentes públicos e privados, diferentes na natureza, na tipologia e na dimensão.

Este exercício não pode ignorar aquele que foi o percurso – curto – do “turismo de natureza” em Portugal. O quadro normativo, concebido em resposta à demanda nacional e internacional, visava estabelecer, com base na “existência de valores naturais e culturais” que “conferem e transmitem um sentido e a noção de «único» e de «identidade de espaço»”, as AP’s como novos destinos turísticos. O pacote legislativo, que se seguiu à Resolução do Conselho de Ministros nº112/98, assumia que este produto contribuía para a “consolidação da imagem de Portugal como um destino de qualidade, diferenciado e competitivo”, desde que se garantisse a preservação dos recursos e a adopção de políticas sectoriais articuladas.

Num território classificado, as actividades humanas, entre as quais o “turismo de natureza”, encontram-se enquadradas e regulamentadas por instrumentos legais, nomeadamente pelo plano de ordenamento e pela carta de desporto de natureza. A actuação conjunta dos agentes envolvidos (empresas de restauração, unidades de alojamento e empresas de animação turística, municípios e juntas de freguesia e equipa do PNSE) favorece a aplicação das disposições regulamentares e tem-se traduzido no estabelecimento de parcerias sob o desígnio da valorização dos recursos endógenos.

O percurso de operacionalização da política da conservação da natureza e o da construção de um destino turístico encontram-se com um traçado, em muitos casos, convergente.

“para competir com êxito como destino de Turismo de Natureza, seja na sua vertente soft ou hard, não é apenas necessário dispor de abundantes e atractivos recursos naturais (factor básico) mas estes devem estar adequadamente organizados e preparados para o seu uso turístico, através de uma regulamentação clara e rigorosa para proteger e conservar os espaços naturais, porém compatível com o seu uso turístico” (PENT, 2006)

O texto extraído do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) sintetiza os desafios que se nos colocam, enquanto agentes envolvidos na “conservação da natureza” e no “turismo da natureza”. Para contribuir para a reflexão pretendemos trazer à discussão três iniciativas: (i)

“BuY NATURE – uma estratégia de eficiência colectiva centrada no património natural”, (ii) “Reestruturação da rede de percursos da Serra da Estrela” e (iii) “Aldeias de montanha”.

Marco Gomes

Nascido em Santo Tirso, a 14.03.1971. Licenciado Engenharia Agro-Pecuária pela Escola Superior Agrária de Coimbra (1994); actualmente é estudante de Mestrado em “Políticas Locais e Descentralização”, na Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra.

Trabalha no ICNB desde 1995, tendo desenvolvido o seu trabalho na Reserva Natural da Serra da Malcata, na Área de Paisagem Protegida da Serra do Açor, na Reserva Natural do Paul de Arzila e actualmente está integrado no Departamento de Gestão de Áreas Classificadas do Centro e Alto Alentejo (DGAC CAA).

É responsável no DGAC CAA pelas áreas de Planeamento e de Turismo de Natureza; desde Fevereiro de 2011, é Coordenador da iniciativa PROVERE – “InMOTION: Alentejo, Turismo e Sustentabilidade”.

A4 - Sustentabilidade do Turismo na Natureza nos Açores – O caso estudo do Canyoning

Francisco Silva¹, Maria do Céu Almeida²

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

¹francisco.silva@eshte.pt

²teixeira.almeida@eshte.pt

As tendências das dinâmicas do lazer e desportivas, verificadas nas últimas décadas, a crescente procura dos espaços naturais têm levado à expansão e diversificação do turismo natureza e de aventura. Regiões como os Açores apresentam um forte potencial desenvolvimento deste produto mas é necessário garantir um modelo de desenvolvimento turístico sustentável, centrado nos recursos endógenos e na diversificação de produtos turísticos, para ir de encontro às novas expectativas dos visitantes e, simultaneamente, assegurar a minimização dos impactos com a actividade turística.

A aposta em produtos específicos como a observação de cetáceos ou o canyoning permite desenvolver clusters turísticos que, para além de proporcionarem a satisfação dos visitantes, contribuam para aumentar a sua permanência e para atrair novos visitantes cujo principal de viagem seja a prática dessas actividades.

Neste artigo apresenta-se a actividade de canyoning enquadrada no âmbito do turismo natureza e do desporto de aventura. Os aspectos essenciais do planeamento operacional modalidade, em particular da gestão do risco e gestão ambiental, são discutidos perspectiva de orientação da oferta dos serviços para a qualidade, segurança sustentabilidade.

Posteriormente são apresentados os recursos e as potencialidades dos Açores para a do canyoning, a sistematização do trabalho realizado para desenvolver este produto arquipélago e uma análise da oferta turística deste segmento na região.

Palavras chave: Canyoning, Açores, turismo na natureza

Francisco Silva

Especialista em Turismo e Lazer pela ESHTe, Licenciado em Geografia, Mestre em Ciências e Sistemas de Informação Geográfica, doutorando em Geografia, na especialização em Planeamento Regional e Urbano no IGOT-UL.

Director do curso de Gestão do Lazer e Animação Turística da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTe). Membro da direcção do Centro de Estudos Superiores para o Turismo (CESTUR).

Consultor em turismo no âmbito dos Planos Estratégicos de Animação Turística para a Associação Regional do Turismo dos Açores.

Monitor e formador em Desportos de Aventura: montanhismo, escalada, canyoning e manobras de corda. Presidente da Associação Desportos de Aventura Desnível entre 1994 e 2008.

A5 - Turismo acessível na natureza: reflexão sobre potencialidades e necessidades

Isabel Matias, Maria do Céu Almeida, Rui Lança

O aumento da procura da qualidade de vida e o contacto com natureza levou ao desenvolvimento de um sector em evolução no turismo, o turismo na natureza. Existem diversas actividades que são procuradas pelos turistas no intuito de ter experiências que incorporem aspectos de saúde, bem-estar, convívio e fruição do meio natural. Esta procura não é só por parte de um público experiente, que pratica desporto ou que conhece bem determinada actividade, sendo a tendência actual a generalização da procura por pessoas com outras motivações.

Dentro destes novos públicos incluem-se um número cada vez maior de pessoas que necessitam de ter condições específicas de acessibilidade, nomeadamente pessoas com mobilidade reduzida, provisória ou permanente, pessoas com carrinhos de bebé, mulheres grávidas e também a população sénior.

O crescimento da procura de turismo na natureza aponta para a necessidade de um desenvolvimento contínuo e sustentável. As alterações demográficas que se têm verificado com o tempo, bem como a evolução científica e tecnológica, mostram a necessidade de desenvolvimento e inovação na oferta turística, nomeadamente, na área do turismo de natureza acessível, no sentido de promover futuras oportunidades de negócio.

Contudo, as actividades de turismo na natureza muitas vezes não estão ao alcance desta população com acessibilidades condicionadas e por isso é necessário identificar os eixos de actuação que permitam a evolução no sentido de criar condições e promover a prática destas actividades junto deste público, mostrando que podem ser adaptadas e seguras para as pessoas com mobilidade reduzida. O desenvolvimento de produtos turísticos acessíveis em contacto com a natureza contribuirá para o aumento da atracção do destino, como também uma posição mais competitiva nos rankings mundiais.

Nesta comunicação apresenta-se uma reflexão sobre o potencial e necessidades do turismo acessível na natureza, com ênfase para o caso nacional.

Palavras-chave: Acessibilidade, Turismo acessível; Turismo na natureza.

Isabel Matias

Licenciada em Animação e Intervenção Sociocultural pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal. Frequenta actualmente o mestrado em turismo, especialização em planeamento e gestão de turismo natureza e aventura na Escola Superior de Hotelaria e turismo do Estoril. Durante a sua formação académica realizou diversos estágios relacionados com alguns projectos de interesse em animação e intervenção sociocultural e actualmente está a realizar a dissertação de mestrado para a conclusão do mesmo.

A6 - Lousã, destino de turismo acessível

Filipe Carvalho

Câmara Municipal da Lousã - "Lousã, Destino de Turismo Acessível"

Rua Miguel Bombarda, nº 8 - 3200-248 Lousã

Tel: +351 239 993 372 | Fax: +351 239 990 381

lousa.acessivel@cm-lousa.pt www.cm-lousa.pt

O concelho da Lousã tem uma longa tradição no domínio da acessibilidade e da inclusão social das pessoas com deficiência, cujo rosto tem sido a ARCIL: Associação para a Recuperação dos Cidadãos Inadaptados da Lousã, fundada em 1978. O trabalho desenvolvido por esta associação tem sido fundamental para a construção de uma cultura de acessibilidade, transformando mentalidades e inculcando o respeito pela diferença, ao mesmo tempo que vem alargando a sua esfera de actuação.

Em 2004, foi criada a Provedoria Municipal das Pessoas com Incapacidade pela Câmara Municipal da Lousã, cuja actuação pugna pela melhoria da qualidade de vida das pessoas com incapacidade, sensibilizando os agentes locais e procurando dar voz ao grupo de pessoas que vivem e trabalham no concelho. Uma das iniciativas mais visíveis foi o lançamento do Selo Lousã Acessível, que permite identificar os estabelecimentos públicos e privados que preenchem os requisitos mínimos de acessibilidade. Até à data foram entregues cento e oito selos e cerca de trinta estabelecimentos estão, actualmente, em condições de lhes de ser atribuído.

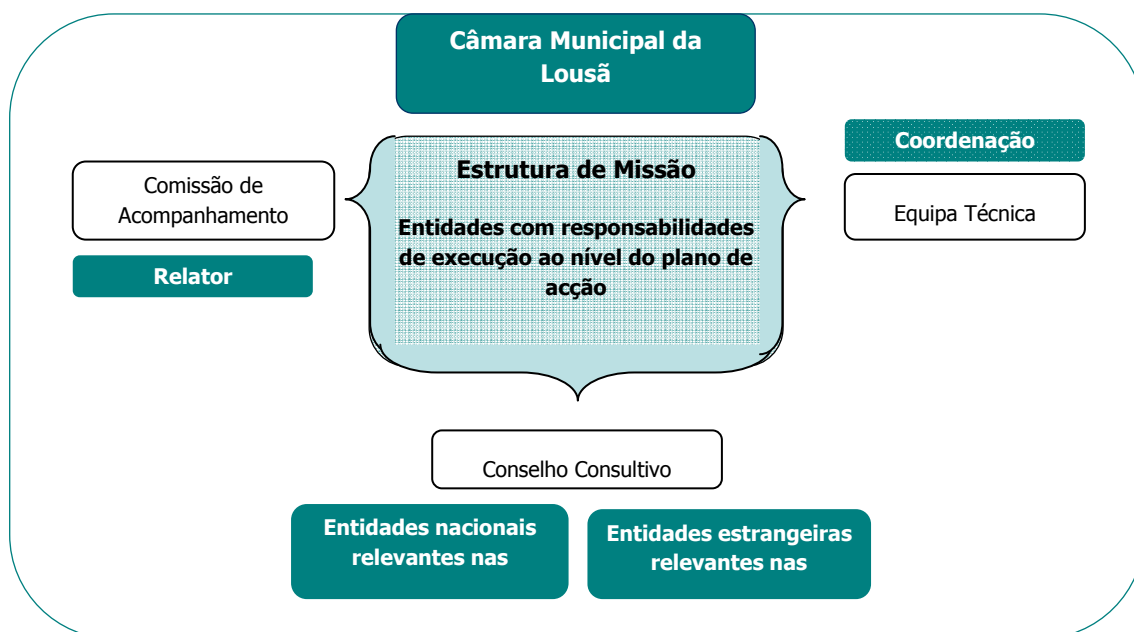
Outra iniciativa de grande relevo no germinar deste projecto foi a realização do primeiro Congresso Nacional de Turismo Acessível realizado na Lousã em Abril de 2007, resultado do esforço conjunto das seguintes entidades: Provedoria Municipal das Pessoas com Incapacidade da Lousã, Escola Superior de Educação de Coimbra (ESEC), Associação para a Recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã (ARCIL), Instituto Nacional para a Reabilitação (INR, I.P.), Direcção Regional de Economia do Centro (DRE-Centro) e Dueceira – Associação de Desenvolvimento do Ceira e Dueça.

Este encontro pioneiro permitiu alargar a discussão da incapacidade e do desenvolvimento turístico acessível, trazendo a debate casos de boas práticas que estimularam o interesse da comunidade empresarial, política e académica e do qual resultou uma edição especial, lançada em Setembro de 2009, da revista científica da Turismo e Desenvolvimento da Universidade de Aveiro, dedicada à temática do Turismo Acessível.

O projecto "Lousã, Destino de Turismo Acessível" foi assim o culminar de um processo de desenvolvimento, que é agora assumido como aposta estratégica da Câmara Municipal da Lousã.

Para operacionalizar o projecto, foi constituída uma Estrutura de Missão, coordenada por uma equipa técnica que integra diferentes actores locais da oferta turística e da área social e conta ainda com o apoio de especialistas nacionais e internacionais.

O modelo assumido preconiza uma filosofia de gestão participativa, em que está representado o sector do alojamento, da restauração, das actividades de animação, entre outras estruturas socioeconómicas do concelho, conforme representado: na Figura.



Importante neste processo em sido o envolvimento e o apoio de organismos públicos de relevo: Turismo de Portugal, I.P, Secretaria de Estado Adjunta da Reabilitação, Turismo do Centro de Portugal e do Instituto Nacional de Reabilitação.

O Plano de Acção definido envolve diferentes níveis de intervenção no território, que é suportado por financiamentos comunitários (POPH e POVT), cujas candidaturas foram já aprovadas e estão em fase de execução. Neste plano estão contempladas operações de acessibilidade na dimensão turística (unidades de alojamento, restauração, similares, iniciativas de animação), na dimensão social (serviços de segurança, saúde e apoio humano; ajudas técnicas) e na dimensão territorial (intervenção nos principais pólos de atracção turística, acessibilidade dos equipamentos públicos e desenvolvimento de novas respostas de transporte adaptado).

A implementação deste plano de acção exige a coordenação de todos os agentes locais, liderado pela equipe técnica da Estrutura de Missão, reforçando a ideia da necessidade de uma visão sistémica, em que o trabalho conjunto dos diferentes actores é a alavanca da estratégia de qualificação e de diferenciação deste destino.

Filipe Carvalho

Licenciado em Gestão e Planeamento em Turismo pela Universidade de Aveiro, integro os quadros do Turismo de Portugal I.P. na Escola de Hotelaria e Turismo de Coimbra onde atualmente sou coordenador da Pós Graduação em Gestão Turística e Hoteleira. Participo na Comissão Técnica CT 144 como Vogal – Projeto da Qualidade do Turismo. Fui coordenador do projeto “Lousã, Destino de Turismo Acessível” e responsável pela equipe técnica e estrutura de missão entre Setembro de 2008 e Dezembro de 2009, requisitado pela Câmara Municipal da Lousã à Direção Regional de Economia do Centro. Entre 1998 e 2008 integrei a Direção de Serviços do Turismo da DRE- Centro com competências no licenciamento e acompanhamento do Turismo no Espaço Rural.

A7 - Management options and requirements for planning and visitor monitoring

Ulrike Proebstl

The presentation will start with an overview on conflicts and management actions across Europe in the field of recreation, nature based tourism and forestry. The main findings show significant differences across Europe and the need for a culturally and locally well adapted management approach. In the second part I will discuss the role of integrated management approaches and frameworks. In contrast to the European situation, North America has a long tradition in visitor management using visitor frameworks and a structured procedure to deal with both the environmental needs as well as the various societal demands, especially on public lands and protected areas. Compared to this precautionary approach, the situation in Europe with a different legal background and a dispersed responsibility for recreational purposes is still dominated by a case by case approach mainly driven by already existing or rising conflicts. Against this context I will present and discuss the usefulness of new tools such as agent based modeling, an auditing following the EMAS scheme, the framework of sustainable forest management and risk-assessment also related to new challenges around the FFH- and Bird Directive.

Ulrike Pröbstl is professor at the institute of landscape development, recreation and conservation planning at BOKU University of Natural Resources and Life Sciences in Vienna. She has a master in landscape planning, a PhD in forest policy and a habilitation in environmental planning. Her current research addresses landscape development, recreation and tourism planning, forest recreation, and protected areas planning. Another focus of her research is the development of environmental assessment and auditing methods with a focus on landscapes in general and ski areas specifically. Actual projects are dealing with adaptation processes to climate change explicitly in the field of mountain tourism, winter and water sport activities. She is member of the IUFRO-board, the international union of forest research organisations, and member of many other national and international professional organisations.

A8 - Gestão e ordenamento da recreação e do turismo em áreas protegidas

Paulo Rosa, Maria do Céu Almeida, Luís Carvalhinho

O conceito de “vida ao ar livre” ou de “contacto com a natureza” e os benefícios que daí advêm, têm sido objeto de estudo de várias áreas de intervenção científica e profissional (e.g. nos âmbitos da recreação, do lazer, da educação, do desporto, da gestão e do turismo, podendo até ser considerados o *campus* da sociologia e psicologia). Na Europa e sobretudo nos países escandinavos, o conceito de “*Outdoor life*”¹ é já portador de grande tradição. Um bom exemplo é o caso sueco, onde a democratização das organizações de “*outdoor*” se iniciou por volta dos anos 30 com o objectivo de sensibilizar o público para este tipo de práticas (Sandell & Ohman, 2010).

As diferentes práticas que se estabelecem nesta relação Homem-Natureza, tem-se traduzido sobretudo em atividades de recreação e lazer, contextualizadas quer no âmbito do turismo, quer numa procura individual ou em grupos informais, de atividades que originem prazer pessoal e novas sensações (Carvalhinho, Sequeira, Serôdio-Fernandes & Rodrigues, 2010) e muitas vezes também, conectadas a uma componente mais espiritual, que se reflecte na introspeção e no pensamento (Rodrigues & Junior, 2009). Numa posição de destaque, encontramos as atividades desportivas em contacto com a natureza² que se tem assumido cada vez mais como uma das principais tendências destas práticas (Carvalhinho et al., 2010).

Um dos palcos primordiais para esta aproximação são as áreas protegidas, cujo crescimento exponencial em todo mundo (Eagles, 2002) se pode espelhar perfeitamente num igual crescimento da procura de atividades desportivas nestes espaços. Num estudo de Cole (1996), acerca das tendências nas práticas de recreação e de lazer, reconheceu-se o aumento da procura de espaços protegidos para atividades como o campismo, o pedestrianismo, a escalada ou o BTT.

Pode-se assim considerar, que o turismo e a recreação baseados no usufruto da natureza e em especial aquele que ocorre em áreas protegidas, é uma indústria crescente e global e que está particularmente dependente dos atributos (características físicas do território) que o meio natural tem para oferecer (Eagles, 2002).

Pelas evidências referidas e partindo do pressuposto que as ações humanas podem causar efeitos negativos no meio ambiente (Font, Flynn, Tribe & Yale, 2001) revelou-se óbvio, que o aumento exponencial da procura e da utilização de recursos naturais para a recreação, origina-se uma série de alterações ambientais menos favoráveis (Leung & Marion, 2000). As áreas protegidas, como locais de valorização e preservação da natureza, tiveram a necessidade de estudar e colocar em prática um conjunto de estratégias, traduzidas sob a forma de técnicas e métodos de gestão afectos aos locais de lazer (Hider & Payne, 2009). Inicialmente, o histórico conceito de capacidade de carga, ainda hoje bastante relevante e em constante evolução,

¹ “*Outdoor life*” : conceito comumente utilizado na literatura escandinava referente à vida em contacto com o ambiente e que engloba frequentemente as actividades de recreação e lazer em contacto a natureza.

² Denominadas na legislação nacional como “Desportos de Natureza” (Lei nº5/2007, de 16 Janeiro)

constituiu-se como uma das primeiras opções (Manning, 2007). No entanto, novos modelos e técnicas mais complexas têm vindo a ser desenvolvidas, de forma a garantir o sucesso de dois dos aspectos mais problemáticos associados à gestão da recreação e do turismo em áreas protegidas: a gestão ambiental e a gestão social.

Neste âmbito, verifica-se a intervenção de diferentes campos da ciência, onde a ecologia da recreação (e.g. estudos acerca dos impactos ambientais que advém da recreação) e as ciências sociais (e.g. estudos acerca dos conflitos entre indivíduos aquando da recreação; qualidade da experiência recreativa) andam de mãos dadas, complementando-se no sentido de obter resultados cada vez mais objectivos (Rosa, 2011).

Este trabalho, pode assim ser incluído num campo de investigação e intervenção, que se poderá denominar de “Gestão e ordenamento da recreação e do turismo em áreas protegidas”³.

Tendo como base de sustentação uma breve revisão de trabalhos científicos e outras obras literárias de autores destacados nesta área profissional/científica, pretende-se neste trabalho desenvolver acerca desta temática. O seu desenvolvimento pode ser dividido em duas partes que são de seguida apresentadas em conjunto com os objectivos:

A primeira parte tem como objectivo fazer uma breve caracterização/contextualização das várias temáticas associadas à gestão e ordenamento da recreação e do turismo em áreas protegidas, considerando aspectos como a (i) caracterização dos impactos ambientais e dos conflitos entre participantes, até aos (ii) diversos métodos utilizados para a sua resolução. Centra-se também naquilo que são os (iii) processos de participação em áreas protegidas, abordando, de forma generalizada, os vários modelos de gestão, as suas vantagens e fragilidades, valorizando sobretudo, o papel e o contributo das ciências sociais. Numa segunda parte, faz-se uma transferência destes elementos para àquilo que é a perspectiva da situação nacional (portuguesa), tentando identificar as necessidades e fragilidades deste campo de investigação e intervenção nas áreas protegidas portuguesas. Finaliza-se o trabalho, com uma breve reflexão acerca das necessidades de investigação nesta área científica, tendo em conta mais uma vez, o caso português.

Palavras-chave: Áreas protegidas, recreação, lazer, desporto, turismo, gestão

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Carvalhinho, L., Sequeira, P., Seródio-Fernandes, A., Rodrigues, J. (2010, Janeiro). A emergência do sector de desporto de natureza e a importância da formação. *Efdeportes*, 140. Acedido Setembro 11, 2011, em <http://www.efdeportes.com>.

Cole, N. (1996). Wilderness Recreation Use Trend, 1965 through 1994. *USDA Forest Service, Intermountain Research Station*. Acedido em 2 de Abril, 2010, em <http://www.treeseearch.fs.fed.us/pubs/23884>

Eagles, P. (2002). Trends in Park Tourism: Economics, Finance and Management. *Journal of Sustainable Tourism*, 10:2, 132-153.

Font, X., Flynn, P., Tribe, J., & Yale, K. (2001). Environmental Management Systems in Outdoor Recreation: A Case Study of a Forest Enterprise (UK) Site. *Journal of Sustainable Tourism*, 9:1, 44-60.

³ Conceito essencialmente utilizado ao nível da formação superior e pós graduada realizada neste âmbito em termos internacionais.

- Hider, W., Payne, R. (2009). Visitor Planning and Management. In P. Dearden, R. Rollins (eds), *Parks and Protected Areas in Canada – Planning and Management* (pp.169-201). Canada: Oxford University Press.
- Leung, Y., Marion, J.(2000). *Recreation Impacts and Management in Wilderness: A State-of-Knowledge Review*. Acedido em 10 de Novembro,2009, em <http://www.Int.org/training/PDFs/SOKWildernesspap.pdf>
- Manning, R. (2007). *Parks and Carrying Capacity: Commons Without Tragedy*. USA: Island Press.
- Rodrigues,C.,Junior,L. (2009). Ecomotricidade: sinergia entre a educação ambiental, motricidade humana, e pedagogia dialógica. *Revista Motriz*, 15:4, 987-995,
- Rosa, P. (2011). Desporto de Natureza em espaços naturais: Contributo para o ordenamento em áreas protegidas. Dissertação de mestrado não publicada. ESDRM/IPS, Rio Maior.
- Sandell,K.,OOhman,J. (2010). Educational potentials of encounters with nature: reflections from a Swedish outdoor perspective. *Journal of Environmental Education Research*,16:1, 113-132.

Paulo Rosa

Docente na Escola Superior de Desporto de Rio Maior (Instituto Politécnico de Santarém); Licenciado em Desporto, variante de Desporto de Natureza e Turismo Activo pela Escola Superior de Desporto de Rio Maior (ESDRM); Mestre em Desporto, especialização em Desporto de Natureza pela ESDRM; Doutorando em Ciências do Desporto na Universidade da Madeira.Membro da Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém; Membro da Área de Especialização Técnica em Desporto de Natureza e Turismo Activo na ESDRM

A15 - Birdwatching – a resource to value and protect

Vanessa Oliveira^{1,2}, Domingos Leitão¹ & Alexandra Lopes¹

¹ Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves | spea@spea.pt | 21 322 0430;

²vanessa.oliveira@spea.pt; 21 322 0434 (autor de contacto)

Portugal's most famous peak is located in Serra da Estrela, reaching 1993 m, although the highest is in Pico island, in the Azores (2351 m). With ca. 1% of the territory over 1200 m and an average altitude of 240 m, Portugal has some important mountain ranges, known as "serras". Worth to mention are also Pico Ruivo in the Madeira islands, Montesinho and Peneda-Gerês in the North, Candeeiros in the centre, Sintra and Arrábida near Lisbon, S. Mamede in the Alentejo, and Monchique in the Algarve.

Most of the "serras" are legally protected areas, and at least 12 were identified as important bird areas (IBA) by BirdLife International and the Portuguese Society for the Study of Birds (SPEA). Birds like the golden eagle *Aquila chrysaetos*, eagle owl *Bubo bubo*, red-billed chough *Pyrrhocorax pyrrhocorax*, common rock-thrush *Monticola saxatilis*, european dipper *Cinclus cinclus* and the unique Priolo/Azores bullfinch *Pyrrhula murina* can be found in our mountains and its water courses. But there is more to biodiversity than birds: iberian wolfs *Canis lupus signatus*, gold-striped salamanders *Chioglossa lusitanica* and the Gerês lilly *Iris boissieri* are examples of its richness. Such biodiversity, some of it only found in Iberia or even only in Portugal, together with magnificent and almost untouched landscapes is the perfect combination to attract birdwatchers and other nature watchers to mountains. Mountain biodiversity is beautiful but also fragile - a resource that can be explored, with great potential for nature tourism (and associated activities like nature photography), but that needs protection.

SPEA/BirdLife Portugal - an environmental non-governmental organisation that works for the study and conservation of birds and its habitats -, believes that birdwatching tourism can help sustainable development, especially in rural areas, and thus nature conservation. Several actions have been undertaken, in partnership with relevant stakeholders of the public and private sector and at all levels, from local to international partners (e.g. Turismo de Portugal, Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, BirdLife International; Almargem):

- Studying and protection of birds and IBA, with the implementation of several bird monitoring schemes like the Common Bird Census, involving more than 500 volunteers every year;
- Organization of birdwatching activities for members and public in general, with more than 400 different participants every year; the yearly organization of the European Birdwatch; the co-organization of the Sagres Birdwatching Festival (2010, 2011 and 2012);
- Promotion of birds and birdwatching in Portugal by the participation in national and international fairs, like the British Birdwatching Fair, Nauticampo and ObservaNature;

- Definition of best practices, training and capacitating of tourism professionals, for example, with the IberAves project;
- Participation in the development of strategies for birdwatching tourism in Portugal (e.g. technical support to the publication Birdwatching in Portugal - tourist guide, edited by Turismo de Portugal in 2011), and in specific areas like the Algarve and the Azores, with the creation of the brand “Terras do Priolo” (Tronqueira mountains - S. Miguel, Azores) and the application of the area to the European Charter of Sustainable Tourism Development.

These efforts will continue in the future, and any individual or entity can help SPEA – with partnerships, by becoming a member, volunteering, participating in activities or simply by spreading the word about the wonders of birds, birdwatching and the importance of its protection.

Palavras-Chave: birds, birdwatching, sustainable development, nature conservation, SPEA

Vanessa Oliveira

Born in 1976; degree in Biology Applied to Animal Terrestrial Resources, University of Lisbon and postgraduate degrees in Nature Tourism and Conservation Biology. Has worked in birds and mammals research and conservation, environmental education and promotion and nature tourism, in collaboration with several institutions of the private and public sector. Working for SPEA since June 2005, currently as an Assistant for the Environmental Citizenship Department, having responsibilities in activities and events organization, management of volunteers and communication-raising environmental awareness.

A16 - Os guias da montanha e sua contribuição para a sustentabilidade do território e das gentes do Pico

Graça Ezequiel¹, Mário Carvalho²

**GITUR - GRUPO DE INVESTIGAÇÃO EM TURISMO
INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA**

A atividade turística em espaços natureza caracteriza-se como uma fuga à rotina e uma solução para o elevado desgaste físico e mental. O pedestrianismo apresenta múltiplas vantagens, nomeadamente de ordem física, intelectual, psicológica, estética e até de ética dado o respeito na relação com o meio e locais. O pedestrianista é mais um explorador do que um conquistador e a prática perseverante desta atividade chega, com o tempo, a constituir mais uma vivência do que um desporto.

A forma como as sociedades, ao longo da História, se articularam com os elementos naturais da montanha deu origem a territórios e a paisagens complexas, divergentes entre si e com distintas funcionalidades, surgindo potencialidades e ameaças que importa sistematizar. A montanha portuguesa caracterizada por ser um território de elevado dinamismo, começou por ser um espaço de refúgio, conquista e desafio, passou a território marginal, sofreu forte declínio económico e demográfico. No entanto, a montanha representa um território com enorme potencial no campo da preservação ambiental e valorização económica.

A importância dos recursos naturais, paisagísticos e ambientais da montanha portuguesa no quadro do desenvolvimento local e regional, ainda que seguramente débil do ponto de vista económico, não pode ser ignorada dada a sua forte sustentabilidade social e ambiental. O turismo de natureza é aquele que, no âmbito do turismo interno, tem permitido de forma global a obtenção de interessantes mudanças sem grandes desvantagens para as comunidades locais. Este paradigma decorre do turismo natureza não gerar grandes e bruscas alterações o que é bem aceite pelas comunidades locais. O turismo natureza traduz-se não só por uma oferta com elevado valor patrimonial e cultural para os visitantes como uma mais-valia para as populações locais dada a interação com os distintos formatos de trabalho tradicional, alguns de enorme expressão tal qual a agricultura.

A realização de viagens turísticas nos territórios de montanha permite responder às expectativas dos turistas na procura de lugares e experiências, como contradição aos espaços quotidianos e cosmopolitas, contribuindo não só para o desenvolvimento endógeno como para a sustentabilidade e competitividade dos destinos.

A sustentabilidade dos espaços de montanha está, pois, dependente de ações equilibradas, protagonizadas pelos diferentes agentes intervenientes no fenómeno turístico. A redescoberta das potencialidades lúdicas e desportivas associadas à montanha impulsionam o aumento da sua atratividade turística, justificando por isso a necessidade de assegurar um desenvolvimento sustentado. Sem estratégias de autorregulação e manutenção do equilíbrio ecológico dos

territórios, os ambientes de montanha degradar-se-ão rapidamente perdendo os valores diferenciadores que, em primeiro lugar, atraíram para aí o turismo.

Tudo indica que o turismo de montanha continuará a crescer acompanhando, inclusive, os melhores rácios previstos pela OMT para o turismo. Ainda que os riscos inerentes à atividade propendam naturalmente a diminuir e exista, por outro lado, um crescente desenvolvimento das técnicas e conhecimentos no setor, as atividades de montanha continuarão a caracterizar-se por perigosas. Todas as atividades levadas a efeito na montanha sempre conferiram um cenário de enorme imprevisibilidade o que fez com que em 1786, os alpinistas Michel Paccard e Jacques Balmat se assumissem como guias da montanha, sendo por isso os primeiros responsáveis pela segurança dos visitantes nas escaladas do Mont Blanc. Esta manifestação originou o aparecimento da atividade de guia de montanha tal qualse conhece. Os guias para além de importantes elementos na gestão da atratividade dos destinos nas diferentes faces, culturais, ambientais ou sociais, devem assumir-se como elementos insubstituíveis para a definição das estratégias rumo ao desenvolvimento de uma oferta adequada e sustentável. Os guias de montanha são verdadeiros fatores críticos de sucesso para o desenvolvimento das diferentes atividades a desenvolver na montanha.

Assim e se considerarmos a indústria turística como a atividade económica que oferece aos turistas múltiplas experiências e emoções, isto significa que os diferentes elementos que concorrem para essa atividade/experiência serão decisivos para a satisfação dos clientes. O aumento do número de clientes, cada vez mais exigentes, implica profissionais melhor qualificados e capazes de maximizar o valor endógeno dos destinos turísticos. É por isso inevitável afirmar-se que a componente humana representa um papel de elevada criticidade para o desenvolvimento do turismo.

A ilha do Pico é por excelência um destino de montanha cuja visita/escalada deve ser acompanhada por um guia de montanha. Estes profissionais deverão proporcionar boas experiências e zelar pela segurança dos visitantes.

O presente trabalho para além de identificar as mais-valias da atividade desenvolvida pelos guias de montanha do Pico, evidencia também o contributo para a sustentabilidade do território e das gentes locais. Para além da revisão de literatura sobre turismo de montanha, guias de montanha e sustentabilidade, realizaram-se várias entrevistas semiestruturadas aos guias de montanha credenciados pela Secretaria do Ambiente do Governo Regional dos Açores. A informação obtida permitiu ainda concluir que o desenvolvimento de competências, não só do ponto de vista técnico mas também relacional, é o ponto de partida para o desenvolvimento de uma competente e séria atividade de guia de montanha. Face aos aspetos recolhidos e identificados os Guias de Montanha do Pico assumem-se como elementos de importância extrema para a sustentabilidade de um território que extravasa a montanha do Pico e se estende às restantes ilhas do triângulo central dos Açores.

Palavras Chave: Turismo, Guia de montanha, Pico, Turismo Natureza, Sustentabilidade.

¹Doutoranda em Turismo e docente na Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar (IPL).
E-mail: graca.ezequiel@ipleiria.pt

²Doutorado em Marketing e Comércio Internacional e docente na Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar (IPL).
E-mail: mario.carvalho@ipleiria.pt

A17 - A sustentabilidade dos eventos desportivos na natureza

Guedes da Silva, Alexandre¹ & Sarmiento, Manuela²

E-mail - alixpt@gmail.com

¹Estudante de Doutoramento em Gestão da Universidade Lusíada da Lisboa,

²Directora do Centro de Investigação em Turismo, Inovação e Serviços da
Universidade Lusíada da Lisboa.

O sector de turismo é reconhecido como um dos sectores económicos mais bem dinâmicos da economia global e os eventos desportivos tem-se tornado nas principais ferramentas para a promoção dos destinos e produtos turísticos, sobretudo através dos mass media e das redes sociais. No segmento do turismo natureza várias são as tipologias dos eventos que servem os propósitos de atracção turística e de veiculo de promoção dos destinos. É comum todos eles apresentarem-se com uma etiqueta “verde” que os pretende distinguir da restante oferta de eventos, no entanto pouca ou nenhuma avaliação é realizada para validar a sua efectiva sustentabilidade. Nesta investigação foi analisado o evento turístico de Desporto Aventura Estoril Portugal XPD Race de forma a determinar o seu posicionamento face aos três pilares da sustentabilidade (económico, social e ambiental) e a sua variação ao longo das diferentes edições do evento entre 2006 e 2009. Os resultados obtidos demonstram uma trajectória bastante positiva e sobretudo que o efeito de aprendizagem existiu e proporcionou ganhos assinaláveis de edição para edição do evento.

Alexandre Guedes da Silva

Docente Universitário, Investigador, Empreendedor e Voluntário com interesses na Produção, Gestão, Mediatização e Avaliação de Eventos e Instalações Desportivas. Tem um interesse particular nos Desportos de Aventura, sobretudo os que utilizam o meio líquido como o seu ambiente de desenvolvimento.

Docente Convidado das Unidades Curriculares de Oficina de Televisão, de Produção de Documentos em Discurso Vídeo, de Oficina de Iluminação, de Oficina de Montagem e de PósProdução e Efeitos Especiais da Licenciatura em “Comunicação e Multimédia” da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Lusíada de Lisboa. Docente Convidado da UC de “Turismo de Aventura” (2º sem/3º ano) do Curso de Licenciatura em “Turismo” da Faculdade de Ciências da Economia e da Empresa da Universidade Lusíada de Lisboa.

B - Empreendedorismo e Inovação

B18 - Bike Friendly Inatel

António Vilela

Direcção de Turismo e Hotelaria da Fundação INATEL
avilela@inatel.pt

A Fundação INATEL tem como missão a promoção das melhores condições para a ocupação dos tempos livres e do lazer dos jovens, trabalhadores e seniores, desenvolvendo e valorizando o turismo social, a criação e fruição cultural, a actividade física e desportiva, bem como a inclusão e a solidariedade social.

Dispõe de uma rede com 18 unidades hoteleiras, 3 parques de campismo e 2 balneários termais - representando uma oferta global de 4200 camas - e uma estrutura permanente de turismo social e sénior e de organização das férias dos beneficiários e suas famílias.

A Fundação INATEL tem apostado na diversificação de produtos turísticos ligados à natureza. Nesse sentido, foi desenvolvido um novo conceito denominado “Bike Friendly INATEL” destinado a amantes e praticantes de BTT, que consiste na oferta de um conjunto de serviços inovadores, a nível nacional, que visam acolher e criar condições adequadas à prática da modalidade.

Com a aposta na iniciativa “Bike Friendly INATEL”, a Fundação INATEL disponibiliza nas Unidades Hoteleiras de Fornos de Algodres (Vila Ruiva), Piódão, Manteigas, Alamal e Castelo de Vide, os seguintes serviços:

- Percursos de BTT com diferentes níveis de dificuldade e recurso a GPS;
- Local para guardar, em segurança, a bicicleta;
- “Estação de Serviço” para efectuar a manutenção da bicicleta: lavar e realizar pequenas reparações;
- Menu com opção adequada à prática do ciclismo;
- Lavagem e tratamento de equipamento de ciclista.

Este novo produto, pioneiro em Portugal, vem reforçar um outro projecto na área do Turismo na Natureza, designado “Caminhar com a INATEL” (trilho pedestre) que, com idêntica filosofia, oferece a possibilidade de realizar diversas caminhadas e usufruir da beleza paisagística dos percursos seleccionados.

Para todos aqueles que gostam de conviver com a natureza, eis a oportunidade de caminhar com a Fundação INATEL e descobrir os trilhos e beleza que o nosso país esconde, tendo assim a possibilidade de contactar e desfrutar das bonitas paisagens, que se desdobram numa harmonia de luz, cor, sons e fragâncias.

Nesta iniciativa a Fundação propõe sete itinerários com enquadramento paisagísticodiversificado: Linhares | Vila Ruiva, Castelo de Vide, Luso, Piodão, Foz do Arelho, Alamal e Costa da Caparica.

Palavras-Chave: Inovação, BTT e Lazer

B19 - Projecto EcobikeTrail: A BTT como produto âncora na Serra da Estrela

Elsa Correia Gavinho ¹; Francisco Silva ²; António Gavinho ³

¹ elsa.gavinho@eshte.pt - Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

² francisco.silva@eshte.pt - Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

³ agavinho@caminhosdanatureza.pt - Caminhos da Natureza - Turismo da Natureza, Lda.

O turismo e desporto de aventura tem ganho uma relevância crescente nas últimas décadas, sendo praticado essencialmente em áreas com importância natural, muito especialmente em territórios de montanha. A crescente procura por este tipo de territórios tem servido de atractivo para o desenvolvimento de novos produtos turísticos, marcando inclusive o surgimento de novas modalidades associadas à prática turística, como é o caso da bicicleta todo-o-terreno (BTT).

Alterações na procura turística mostram ainda um ressurgimento da bicicleta como importante meio de transporte de férias e em tempo de lazer, registando-se um crescimento de cerca de 30% nas aquisições deste tipo de equipamento na Europa, entre os anos setenta e noventa, evidenciando o crescente interesse pelas actividades com bicicleta (Boivin & Provonost, 1992 *cit.* por Ritchie, 1998).

Simultaneamente tem-se registado a emergência de novos territórios turísticos que têm como principal produto o turismo na natureza e, em particular, os associados à BTT, como é o caso de algumas regiões do Canadá, Montenegro, Escócia, País de Gales, Austrália e Tasmânia.

Neste artigo considera-se que a Serra da Estrela é um território de montanha com elevadas potencialidades para adoptar as actividades de BTT como produto âncora para o turismo. Nesse sentido, apresenta-se uma proposta de um projecto de desenvolvimento sustentável para a região, baseado na BTT, assente essencialmente na potencialização dos diversos recursos turísticos já existentes, com vista a diversificar a oferta, atenuar a sazonalidade e melhorar a atractividade do destino.

Na proposta apresentada é definido um percurso para BTT com características de grande rota, com cerca de 325 km, estruturado para ser realizado em 5 etapas, com passagem tanto em locais de interesse histórico e cultural, como de elevado valor natural e paisagístico.

Partindo de uma perspectiva de planeamento integrado, simultaneamente com os aspectos associado ao percurso, são apresentadas sugestões e exemplos da vantagem de desenvolvimento de infra-estrutura e equipamentos de apoio e de serviços para os utilizadores nomeadamente nas áreas da restauração, alojamento e comércio. Para chegar às propostas apresentadas foram analisados alguns casos de estudo com objectivos idênticos aos que são pretendidos neste artigo.

Palavras-Chave: Turismo na natureza, turismo de nichos, Serra da Estrela, bicicleta todo-o-terreno (BTT)

Elsa Correia Gavinho

Doutoranda em Turismo no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Elsa Gavinho é Mestre em Turismo, na especialização de Planeamento e Gestão em Turismo de Natureza e Aventura pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE) e Licenciada em Gestão e Estratégia pela Universidade Atlântica.

É docente na ESHTE onde leciona na área do planeamento turístico, nomeadamente nas disciplinas de "Animação Turística e Desenvolvimento Local" e "Planeamento e Gestão em Animação Turística".

Sócia-fundadora, desde 2004, da empresa "Caminhos da Natureza - Turismo da Natureza, Lda." que investe essencialmente no Turismo na Natureza em território nacional para o *incoming*, é também formadora e vice-presidente da secção de animação turística da APECATE - Associação Portuguesa de Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos.

B20 - Promoção do turismo na natureza nos Açores com base em WebSIG – O Projecto ZoomAcores

Francisco Silva¹, Pedro Cabral², Tiago Lopes³, Óscar Vidal⁴

¹ Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril; francisco.silva@eshte.pt

² Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação, Universidade Nova de Lisboa; pcabral@isegi.unl.pt

³ Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril; tiago.lopes@eshte.pt

⁴ Instituto Superior de Estatística e Gestão de Informação, Universidade Nova de Lisboa; oscarblo@isegi.unl.pt

O turismo é actualmente assumido como um sector de informação intensiva que recorre cada vez mais às novas tecnologias de informação e comunicação, como se pode constatar com o incremento do e-turismo e recurso à Internet como fonte de informação sobre os destinos turísticos.

Considerando que o turismo está estritamente associado à viagem e à territorialidade, a informação espacial é essencial para o sector desempenhando uma função determinante na aquisição de informações sobre os destinos e, em particular, de alguns dos seus produtos, com especial relevo para o turismo na natureza.

O desenvolvimento dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) tem acompanhado a evolução da Internet possibilitando a disponibilização de Serviços de Mapas Dinâmicos na Internet (WebSIG). Os WebSIG permitiram a disponibilização na Internet de muitas das funcionalidades dos SIG, criando um ambiente visual suportado pelos mapas, que funcionam em camadas e permitem navegar através deles com alterações de escala, de pormenor, níveis de informação e de representação cartográfica. Estas funcionalidades criam um ambiente dinâmico em oposição aos mapas estáticos. Nos WebSIG, os mapas para além de serem o suporte de grande parte da informação georreferenciada e um meio de representação dos resultados da análise espacial, são frequentemente utilizados como metáfora, servindo como índice, através de hiperligações, para outro tipo de informação como fotografias, texto, ou vídeos (Kraak, 2004).

Neste artigo apresenta-se o projecto ZoomAcores desenvolvido em parceria por uma equipa de investigadores da ESHTe e do ISEGI-UNL, para a Associação Regional de Turismo dos Açores. Este projecto consiste no desenvolvimento e disponibilização de um portal na Internet com base num serviço de mapas dinâmicos, de acesso simples e global, com informação apelativa, prática e disponível em diversos formatos. O ZoomAcores é direccionado para o turismo e desporto na natureza, tendo como território de aplicação o Arquipélago dos Açores, um destino emergente em que o turismo na natureza é um dos seus principais produtos estratégicos.

Para o desenvolvimento do WebSIG ZoomAzores optou-se por utilizar Software Livre com Standards Abertos, para viabilizar a sustentabilidade económica do projecto (sem custos de licenciamento de software), garantir uma solução escalável e interoperável, que seja capaz de comunicar com diferentes plataformas de software e, simultaneamente, integrar diferentes formatos de dados.

Neste artigo são ainda referenciados os principais aspectos associados à gestão da informação disponibilizada no ZoomAzores, ao desenvolvimento do sistema e algumas características funcionais e arquitectónicas que foram implementadas com recurso à programação do software de base.

A gestão da informação e toda a arquitectura do sistema tem como ponto de partida os utilizadores, especificamente a necessidade de informação dos visitantes e a facilidade de acesso à mesma a partir de uma plataforma de utilização amigável e apelativa. Assim, através do ZoomAzores os utilizadores têm acesso à aquisição e visualização de dados e informações sobre as actividades e serviços turísticos disponíveis nos Açores.

O utilizador pode interagir com os mapas e visualizar as actividades e serviços identificados por símbolos gráficos no mapa, podendo identificar os itens de interesse no mapa, na forma de *pop up* emergente, onde se caracteriza resumidamente cada actividade ou serviço. Nestes resumos, é possível encontrar hiperligações que permitem o acesso a informações mais detalhadas e a diferentes tipos de dados e documentos necessários ao planeamento da viagem como fotos, vídeos, ficheiros georreferenciados e fichas dos percursos.

Uma funcionalidade adicional é a capacidade de realizar pesquisas sobre os dados referenciados no mapa, de maneira que o potencial turista consiga encontrar e seleccionar a informação do seu interesse.

Outro aspecto importante a destacar é a componente colaborativa do WebSIG. Neste sentido, foram associados fóruns às actividades e serviços georreferenciados no mapa, para que cada utilizador possa acrescentar informações a partir da sua experiência pessoal.

Palavras-chave: WebSIG; Turismo na Natureza; Açores

Francisco Silva

Especialista em Turismo e Lazer pela ESHTe, Licenciado em Geografia, Mestre em Ciências e Sistemas de Informação Geográfica, doutorando em Geografia, na especialização em Planeamento Regional e Urbano no IGOT-UL.

Director do curso de Gestão do Lazer e Animação Turística da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTe). Membro da direcção do Centro de Estudos Superiores para o Turismo (CESTUR).

Consultor em turismo no âmbito dos Planos Estratégicos de Animação Turística para a Associação Regional do Turismo dos Açores.

Monitor e formador em Desportos de Aventura: montanhismo, escalada, canyoning e manobras de corda. Presidente da Associação Desportos de Aventura Desnível entre 1994 e 2008.

C - Formação e aspectos técnicos

C21 - Formação de guias de Montanha em Marrocos

Oumar Oulaidi

Les montagnes du Maroc sont du nord au sud : le Moyen Atlas, Le Haut Atlas (chaîne longue de 700km) et l'anti Atlas. Il y a 15 sommets de plus de 4000m et 200 sommets entre 3000 et 4000 mètres.

- Histoire de la formation des guides :

Il existe trois sortes de guides : les guides de montagne, les accompagnateurs en montagne et les guides nationaux qui travaillent dans les circuits villes impériales. Seuls les guides de montagne sont formés au CFAMM.

Au départ, partenariat entre le Maroc et l'ambassade de France. Projet initial : PHAC (Projet Haut Atlas Central). Projet pilote en Afrique du Nord, avec objectif culturel, économique et participatif. Création du métier de guide encadré par la loi de 1996.

Jumelage entre la Vallée du Rhône en France et la Vallée du Bougmez au milieu des années 1980. CFAMM : co gestion franco marocaine pendant 10 ans. Actuellement à la charge matérielle du ministère de l'Intérieur, le Ministère du Tourisme ayant la charge de l'enseignement.

Pendant les années de cogestion franco marocaine, la moitié des stagiaires étaient originaires de la région TADLA AZILAL, pour promouvoir cette région. Actuellement, la vallée bénéficie de l'apport des métiers du tourisme au niveau des guides, des équipes logistiques et également des gîtes. Actuellement, il y a environ 400 guides qui exercent au niveau national.

Première promotion, à TABANT, avec un recrutement de jeunes gens contraints à entreprendre cette formation pour un métier dont ils ne connaissaient rien. Puis évolution au fil des années, évolution du niveau de formation de base (formation fin d'études primaire puis fin d'études secondaires puis actuellement, formation ouverte au titulaire du baccalauréat).

Evolution également de la limite d'âge. Actuellement 18 à 30 ans.

- Déroulement du concours :

Concours ouvert à partir de 18 ans à 30 ans actuellement.

Il comporte 3 épreuves : oral en français + écrit + épreuve sportive (Marathon)

Organisation par le Ministère de l'Intérieur puis depuis 2011, par le Ministère du Tourisme.

Au départ, concours ouvert avec un niveau collège, puis en 1999, niveau Bac, puis depuis 2005, concours ouvert aux titulaires du Bac

- Contenu de la formation :

Durée : 6 mois.

Octobre/décembre : apports théoriques et pratiques dans les domaines suivants : secourisme, histoire, sociologie rurale, déontologie, hygiène, faune et flore, éducation civique, organisation d'une randonnée, escalade, sorties culturelles. Randonnée de 15 jours. Puis ski pendant un mois (Oukaimeden)

Mai/juin: cours théoriques et pratiques : anglais, histoire et archéologie, soins vétérinaires, secourisme, communication, topographie et orientation. Présentation d'un mémoire de fin d'études.

Puis 3 randonnées de 10, 15 et 18 jours, avec rotation quotidienne de 4 groupes qui abordent alternativement : la cuisine, la faune et la flore, la topographie et la marche hors sentiers.

- La carte professionnelle :

A l'issue de leur formation initiale, les guides doivent acquérir de l'expérience professionnelle pendant 2 ans auprès des agences, puis doivent présenter un examen oral à RABAT pour recevoir leur carte professionnelle.

Problèmes des guides de montagne :

- Vis-à-vis de l'Etat :

Selon le ministère, problème liés à l'organisation des guides eux-mêmes : pas de possibilité d'organiser la formation, de faire évoluer leur statut avec sécurité sociale etc..

- Vis-à-vis de l'équipe logistique : le guide est responsable de l'ensemble de l'équipe ainsi que du budget. C'est une gestion humaine très complexe, avec des équipes qui souvent manquent de formation, qui sont composées de personnes qui ne se connaissent pas toujours. Aucun personnel n'est salarié fixe. Tous sont des précaires, embauchés à la semaine. Le souci de gestion des équipes demande souvent une grande disponibilité et le guide ne peut pas se donner à 100% à ses clients.

- Actuellement, évolution de la demande de la clientèle qui est plus attachée à son confort ce qui pose parfois des problèmes car les conditions de trek restent souvent des conditions de vie rudimentaires, dans la nature, au contact des populations rurales.

- Pour moi, le guide doit avoir les qualités d'écoute et d'accueil d'un médecin, d'un professeur, d'un père de famille en plus des qualités purement professionnelles. C'est un métier très exigeant, mais un métier de passion pour le plaisir de la découverte très diversifiée des gens, le bonheur de faire découvrir ma culture et mon pays.

Oumar Oulaidi

Né le 15/01/1976 à TABANT Vallée du BOUGMEZ (HAUT ATLAS CENTRAL)

Etudes: Formation scolaire - niveau bac.

Enfance à TABANT, dans le gîte de mon père que j'ai accompagné très jeune sur les circuits avec des clients.

Parcours professionnel :

- Muletier : années 1987 à 1993
- Cuisinier : années 1993 à 1997 avec NF
- Guide : diplôme et première carte pro 2003.

Collaboration avec les grands *Tour Operators* présents au Maroc : Alibert, Nouvelles Frontières, Trek Aventura, Visages.

- Organisation de voyages : expérience depuis 1996 avec une clientèle européenne et Nord-Américaine en montagne et au désert, à pied ou en VTT.

Formations complémentaires :

2005 : Formations complémentaires à RABAT avec le ministère en vue de l'obtention de la nouvelle carte professionnelle.

2007 : BAFA en France (Brevet d'Aptitude aux Fonctions d'Animateur).

C22 - Simular situações de emergência na formação - Estratégias de ensino e aprendizagem

Fernando M. Duarte Pereira.

FMH-UTL

E-mail: fpereira@fmh.utl.pt

Felizmente as situações de emergência desportiva com danos pessoais são raras. Contudo as capacidades de resposta e prevenção têm que ser aprendidas, sendo necessário conceber e criar condições de prática para promover a aquisição e desempenho de competências nestes contextos exigentes de resolução de problemas e prestação objectiva.

A formação, tal como qualquer forma instituída de ensino, oscila entre duas tendências contraditórias: a selecção e a formação. Por outro lado os processos de ensino e os de aprendizagem podem ter um intervalo considerável, que urge estreitar, para que os alunos aprendam, aproveitando as formas de ensino.

Simulação não é só encenação, consiste numa estratégia didáctica para aproximar os alunos das condições de prática reais expectáveis.

As simulações podem dar apoio tanto à realização de exercícios para executar técnicas e procedimentos simples, como para dar apoio à resolução de sequência de problemas, requerendo estratégias extremamente complexas, permitindo desde a prática individual até à cooperação de equipas numerosas.

As ciências de educação contemplam diferentes tipos de conteúdos, do específico para o geral, e dos diferentes níveis de análise e de intervenção.

Quais os tipos de conteúdos em formação em emergência?

Como transformar exercícios em problemas? Motivação extrínseca ou intrínseca?

Apresentamos algumas estratégias, de eficácia comprovada, utilizadas em cursos creditados de resgate e emergência, designadamente:

Vítimas instruídas e caracterizadas;

Protocolos de actuação, princípios e preferências;

Avaliação final conferente de creditação ou habilitação profissional;

Resolução de Cenários, criação do clima psicológico e exposição aos agentes (tipo 3 ou 0);

Avaliação de liderança e team building, através da responsabilização durante a formação;

Aplicações informáticas- Cenários em tabuleiro, "Tabletop" para emergências e catástrofes;

Fluxo de informação. O imperioso registo de incidentes, começar por aproveitar a actividade formativa;

Prevenção, concurso de contra-medidas -"Para que não aconteça da mesma forma duas vezes".

Conclusão com reflexão e debate com os participantes.

Palavras-chave: Ensino e formação, Prevenção, Segurança e Emergência.

Professor Doutor Fernando Manuel Duarte Pereira, docente da FMH-UTL desde 1983. Regente das disciplinas de Fisiologia do Exercício/ Fisiologia do Trabalho e Prevenção Segurança e Emergência. Investigador senior do Laboratório de Fisiologia e Bioquímica do Exercício. (Ciper-Biolad). Coordenador do curso de pós-graduação em Outdoor - Segurança em desporto de natureza e aventura. Desde 2000 responsável pelo projecto SERFO - Segurança Emergência e Resgate, Formação Outdoor. Membro do grupo da Qualidade da UTL-FMH. Presidente do Conselho Pedagógico da FMH-UTL (quadriénio).

C23 - Modelos de Formação em Turismo e desporto na natureza

Estudo de Caso do Canyoning

Mário Silva¹, Luís Carvalhinho², Francisco Silva³

¹Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril; francisco.silva@eshte.pt

²Escola Superior de Desporto de Rio Maior; lcarvalhinho@esdrm.ipsantarem.pt

³Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril; francisco.silva@eshte.pt

A forte expansão da atividade turística e a procura de atividades na natureza, verificada especialmente a partir das últimas décadas do século XX, reforça a necessidade da promoção de práticas turísticas mais responsáveis e sustentáveis.

As actividades desportivas e turísticas na natureza estão estritamente associadas ao turismo ativo que está fortemente representado pelo setor da animação turística, onde o canyoning, como atividade desportiva de aventura e na natureza encaixa perfeitamente e se tem desenvolvido, pois é uma atividade bastante lúdica e que proporciona aventura e um estreito contacto com o meio ambiente.

O investimento na formação e na educação ambiental em canyoning é um imperativo, tanto para garantir uma prática sustentável, especialmente importante pelo facto da atividade se desenvolver num meio sensível e ambientalmente muito rico, como para assegurar boa qualidade de serviços, que é uma exigência crescente nos destinos turísticos.

Estamos assim, perante uma atividade com risco potencialmente elevado, multidisciplinar, bastante exigente e complexa em termos técnicos, o que evidencia e reforça a relevância da necessidade de formação específica. Neste sentido, é fundamental desenvolver iniciativas em Portugal, que regulamentem a oferta formativa, assim como toda a atividade turística e desportiva de natureza.

Neste artigo será apresentada inicialmente um diagnóstico sumário da formação e certificação de técnicos em Portugal, com especial relevo para a atividade de canyoning. Posteriormente são apresentados os resultados de um questionário dirigido a praticantes e técnicos desta atividade, para na parte final se apresentar o modelo que se considera mais adequado para ser implementado em Portugal.

Palavras-chave: Turismo ativo, desporto de natureza, formação, canyoning

Mário Silva

Doutorando em Turismo no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa, Mestre em Turismo, na especialização de Planeamento e Gestão em Turismo de Natureza e Aventura pela Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE) e

Licenciado em Animação Desportiva, Recreação e Lazer pela Escola Superior de Desporto de Rio Maior.

Docente do curso de Gestão do Lazer e Animação Turística, na ESHTe, onde leciona na área da animação turística, nomeadamente nas disciplinas de "Animação em empreendimentos turísticos", "Desporto e turismo aventura", "Animação desportiva I" e "Metodologia e prática da animação turística".

Monitor e formador em desportos de aventura: canyoning, manobras de corda, montanhismo e escalada.

Presidente da Associação Desportos de Aventura Desnível desde 2008.

C24 - EQFOA - CLOII - ELESa: building the outdoor animator profession in Europe

Jean-Yves Lapeyrère

This presentation will focus on presenting the works currently undertaken by a group of Outdoor specialists to produce a Training Program common to at least 11 countries across Europe. Although a little bit technical for those who are not familiar with the construction of training programs, the presentation aims at explaining the methodology used by the group of employers representatives and universities to produce the various documents and tools necessary to build an adapted training program dedicated to the training of properly trained Professional Outdoor Animators, able to work in different activities across Europe. It will summarize the content of the EQFOA and CLOII projects, both funded by the European Commission and that of the follow up project called ELESa.

Jean-Yves Lapeyrère

Chief Executive Officer SNELM: National Employer's Union of Companies trading in recreational physical activities within Active Leisure Sector;

Elaboration & Coordination Leonardo Project "EQFOA": "Competence framework for Outdoor Animators", Outdoor Sector;

Elaboration and participation European project "RBT": developing Social Dialogue within the Sport & Active Leisure Sector;

Chief Executive Officer SNELM French Active Leisure Sector: Secretary EC-OE, "European Confederation of Outdoor Employers" European Outdoor Sector;

Co-elaboration & Co-management Leonardo Project "CLO2": "From Conference framework to learning Outcomes" Outdoor Sector;

Participation to European Project "ECVET Fitness": European Fitness Sector;

Mijoux (France) Major Mountain outdoor and ski resort: Active Leisure Sector.

C25 - Certificação dos profissionais de actividades de ar livre

Paulo Rocha

JPR Martins

APECATE, Edifício CCB - Praça do Império - 1449-003 Lisboa, Portugal,
paulo.rocha@cumes.pt

Introdução

A APECATE (Associação Portuguesa de Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos) desde há longo tempo tem vindo a lutar pela requalificação dos recursos humanos no sector da Animação Turística e pela certificação de profissionais com um perfil de competências adequado às necessidades do mercado. A sua preocupação fundamental tem sido com os técnicos que operam com actividades de ar livre, área de actividade que é o fulcro do Plano de Formação de Activos, lançado em 2007.

Este esforço de formação profissional foi entendido como um primeiro passo para a almejada certificação, antes de mais de todos os profissionais que estão já ao serviço das empresas de animação turística.

Para que o passo seguinte pudesse ser dado, isto é, para que a certificação profissional pudesse ter efectivamente lugar, um outro trabalho se impôs, à luz da legislação em vigor: a criação, no Catálogo Nacional de Qualificações, da nova qualificação, que designámos como “Técnico de Turismo de Ar Livre”.

É neste trabalho que a APECATE tem estado envolvida, em colaboração com a Secretaria de Estado do Turismo (SET), o Turismo de Portugal I.P.(TP) e a Agência Nacional para a Qualificação, I.P.(ANQ).

Formação/requalificação de recursos humanos

O Decreto-Lei nº108/2009 de 15 de Maio incluiu claramente a Animação Turística no sector turístico, o que traduz a posição da APECATE no que respeita à definição do perfil de competências e do referencial de formação requeridos pela criação desta nova qualificação: estamos perante um novo tipo de técnico que opera no sector turístico, chamado a enquadrar grupos de turistas que buscam experiências e actividades de ar livre, o que implica que a sua formação tenha que associar, de uma forma integrada, as áreas técnica, comportamental e turística.

O modelo de formação que propomos identifica-se com a filosofia europeia da formação profissional. A UE (União Europeia), através da sua Decisão 2006/1720/CE do Parlamento Europeu e do Conselho (que estabelece um programa de acção no domínio da aprendizagem ao longo da vida) e da recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho 2008/0070

(criação do Sistema Europeu de Créditos do Ensino e Formação Profissionais - ECVET) aponta claramente para um sistema de formação profissional modular, certificador das diversas competências necessárias à prossecução de determinada profissão.

O estabelecimento de um sistema de transferências de créditos no Ensino e Formação Profissional, diferente do já existente para o ensino superior e, sobretudo, os critérios estabelecidos para a atribuição das Unidades de Crédito, constituem uma ruptura com o sistema instituído, pois apontam para uma formação profissional direccionada para a profissão e para o exercício dessa mesma profissão. De facto, enquanto o Sistema Europeu de Transferência e Acumulação de Créditos (ECTS) privilegia o conhecimento, o ECVET privilegia a utilidade do conhecimento para o exercício da profissão. Esta diferença é uma ruptura importante na forma como devemos olhar para formação/requalificação profissional.

A valorização da formação profissional é, pois, dependente da utilidade das competências adquiridas para o mercado, para o exercício da profissão ou para a progressão na carreira profissional: *“a importância relativa dos resultados de aprendizagem que compõem a unidade em termos de acesso ao mercado de trabalho, progressão para outros níveis de qualificação ou integração social”* é um dos três critérios de atribuição de Créditos no sistema ECVET, a par da complexidade e do esforço exigido ao formando para adquirir os conhecimentos e as capacidades exigidas.

Certificação de Competências e Certificação Profissional

Para que fique claro tudo o que está em jogo no processo em curso, interessa referir a diferença que separa a Certificação de Competências da Certificação Profissional (Certificação da Qualificação).

A Certificação de Competências já é uma realidade no nosso subsector e, na verdade, existem muitas instituições que certificam competências, sobretudo nas áreas técnicas. A APECATE, reconhecida pela Direcção - Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) como entidade formadora, certifica competências através do seu Plano de Formação de Activos.

A Certificação Profissional é mais que a certificação de competências ou conjunto de competências. A Certificação Profissional tem de passar forçosamente pela definição da profissão (Qualificação) e, portanto, pelo seu enquadramento no Catálogo da ANQ. Só depois de este processo estar concluído se poderá falar em certificação de profissionais.

Por outro lado, criar uma profissão e certificar profissionais não significa que esta certificação seja obrigatória para o exercício da profissão. Esta obrigatoriedade poderá decorrer de dois processos distintos: a auto-regulação, ditada pelos próprios empregadores que, conscientes da importância da formação certificada, a exigirão aos seus quadros e colaboradores; ou a regulação pelo Estado, que consiste na definição das condições de acesso ao exercício da profissão.

Esta matéria está ainda em aberto, aguardando-se as conclusões de um estudo encomendado pelo Turismo de Portugal, que se propôs analisar as novas profissões do Turismo e os critérios que deverão ser utilizados para a decisão sobre a sua eventual regulação.

A adopção de um Curso de Especialização Tecnológica (CET) parece ser um bom enquadramento para a formação inicial dos Técnicos de Turismo de Ar Livre. No entanto, para que satisfaça completamente as exigências em termos de perfis de competência, será necessário proceder-se a ajustamentos regulamentares a dois níveis: integração de formações modulares agregadas que, pela sua natureza, têm que incluir a experiência profissional como pré-requisito; e construção de um modelo para o sistema de Reconhecimento Validação e Certificação de Competências (RVCC), ainda não regulamentado para o nível V e sem o qual não será possível proceder ao justo reconhecimento dos activos ao serviço das empresas de animação turística.

A APECATE está, neste momento, a ultimar uma proposta de alteração ao Regulamento do CET a apresentar à Tutela, que tem um duplo objectivo: responder da forma mais completa e adequada possível às exigências de criação da Qualificação de Técnico de Turismo de Ar Livre; e, em simultâneo, constituir um efectivo contributo nacional para o trabalho que temos vindo a desenvolver com os nossos parceiros Europeus, nomeadamente nos projectos European Qualifications Framework Outdoor Animator (EQFOA), Professionalising training & mobility for Outdoor Animators in Europe bridging the gap between sector Competences & Learning Outcomes (CLO2) e, mais recentemente, European LEarning Syllabus for outdoor Animators (ELESA).

Palavras-chave: Certificação; Competências; Formação Profissional; Qualificação.

Paulo Rocha

Frequência do Curso de Mestrado Integrado em Engenharia de ciências físicas, Universidade de Aveiro.

Gerente da empresa CUMES, Expedições Turísticas, Lda.

Representante da APECATE no projecto ELESA. da European Confederation of Outdoor Employers EC-OE.

Gerente da empresa PROC1000, Comércio de Artigos desportivos e de Protecção Civil.

Coordenador do plano de Formação de Activos da Secção de Animação Turística da APECATE (Associação Portuguesa das Empresas de Congressos, Animação Turística e Eventos).

C27 - Gestão de grandes grupos em canyoning

Pedro de Faria Pacheco

E-mail: info@diver.com.pt

Após quase 20 anos do início da actividade de canyoning a nível comercial em Portugal . Podemos verificar um aumento constante da procura desta modalidade por parte do público em geral , sobretudo na vertente de iniciação / divertimento e cada vez menos procura do publico na vertente de maior dificuldade técnica . No entanto nem sempre é fácil conciliar esta “Disneylização” que o publico deseja e simultaneamente as condições de segurança ligadas essencialmente à formação de técnicos desportivos de canyoning e preservação do ambiente. Por outro lado, também não é fácil (nem aconselhável) “replicar” na natureza as condições de um Aquaparque como muita vezes os clientes pretendem e alguns empresários são tentados a oferecer .Para terminar existe ainda naturalmente a necessidade de prever /simular situações de resgate num meio tão potencialmente hostil como pode ser encontrado num Canyon onde uma simples entorse ou chuva repentina de verão poderão criar enormes contrariedades para as quais as actuais entidades oficiais de socorro (Bombeiros, Protecção Civil , etc.) não estão na sua esmagadora maioria preparadas. Assim, considerando , irei apresentar algumas possíveis soluções de modo a tornar viável a oferta comercial do Canyoning como produto turístico de qualidade e sustentável .

Pedro Pacheco

Pioneiro de varias actividades de Aventura em Portugal(Escalada , Canyoning , Hidrospeed, etc). Primeiro Português a subir à maior montanha dos Andes.

Responsável Técnico de uma das primeiras empresas de animação turística (Trilhos, Lda).

Consultor da Apecate e Responsável pela formação do parque Aventura da Diverlanhoso.

Instrutor da European Ropes Course Association, formador da ADESNIVEL.

C29 - Repercussão das forças aplicadas nos sistemas de amarração

Maria do Céu Almeida

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

E-mail: teixeira.almeida@eshte.pt

Os sistemas de amarração são inquestionavelmente um dos principais elos na cadeia de segurança em qualquer actividade de aventura que recorra à utilização de manobras com corda. A percepção correcta dos esforços aplicados aos sistemas de amarração e a aplicação de técnicas apropriadas são essenciais para se garantir a segurança na prática de actividades de aventura. Neste artigo referem-se alguns aspectos importantes relativamente ao ângulo das amarrações, ao tensionamento de cordas, cargas sobre cordas tensionadas e forças de desvio. Apresentam-se também algumas regras a observar quando da execução de aparelhos a que serão aplicadas cargas significativas.

Maria do Céu Almeida

Licenciada em Engenharia Civil (IST/UTL), Mestre em Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas (IST/UTL) e PhD em Engenharia Civil e do Ambiente (Imperial College of Science Technology and Medicine, Londres, Reino Unido).

Em paralelo com a sua actividade como Investigadora Principal do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, na área científica de hidráulica e ambiente, é docente equiparada a professora coordenadora a tempo parcial na Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTE) desde 2003. Responsável pelas disciplinas que tem leccionado, nomeadamente, matérias de gestão do risco, segurança e resgate no curso de licenciatura em gestão do lazer e animação turística e no mestrado em turismo, ramo Planeamento e Gestão em Turismo Natureza e Aventura.

Consultora em turismo no âmbito dos Planos Estratégicos de Animação Turística para a Associação Regional do Turismo dos Açores. Monitora e formadora em desportos de aventura: canyoning e manobras de corda.

D - Saúde, fisiologia e desporto na natureza

D26 - Projeto de Investigação Multidisciplinar em Alpinismo: Estudo nas áreas científicas da Fisiologia e Psicologia do Desporto

Carvalhinho, L.; Rosa, P.; Fernandes, R.; Gonzaga, L. & Brito, J.

Escola Superior de Desporto de Rio Maior – Instituto Politécnico de Santarém

Laboratório de Investigação em Desporto (LID)

Centro de Investigação em Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano (CIDESD)

A prática de atividades em contacto com a natureza fornece ao ser humano uma experiência muito intensa e gratificante em vivências que se produzem em espaços não habituais (Guillén et al., 2000). Assim, cada montanha pode constituir um desafio de conquista, e cada ascensão, o enfrentar de situações de elevado risco físico e extremo stress psicológico. A atividade de escalada, em particular, viria a tornar-se desporto e recentemente modalidade olímpica de exibição em Pequim 2008, e escaladores de elite mundial como Wolfgang Güllich ou Lynn Hill admitem a extrema importância dos aspectos psicológicos na actividade de escalada. Por outro lado, em relação à investigação desenvolvida nestes contextos, são ainda escassos os estudos sobre as respostas fisiológicas da marcha de montanha (trekking) em percursos com declives acentuados, caracterizadas não só por atividades de marcha mas também de escalada e muitas vezes em condições extremas quer devido às elevadas altitudes e, logicamente, por todas as situações que isso acarreta, quer pelas condições do terreno em que desenvolvem as atividades. Assim, constatamos que o VO₂max tem sido considerado como um dado determinante na performance física de atletas e também um indicador viável da aptidão aeróbia. Este parâmetro indica-nos a Potência Aeróbia Máxima e pode ser alterado com o efeito do treino. O Limiar Anaeróbio expressa a capacidade aeróbia, ou seja, a capacidade que um individuo tem em manter uma determinada percentagem de VO₂max em eventos de longa distância. No fundo, o Limiar Anaeróbio Ventilatório (LAV) tem sido um dado importante para determinar, de forma indirecta, a intensidade de esforço em que o lactato no sangue sofre elevação em relação aos valores de repouso (Caiozzo, 1982; Davis, 1976, Wasserman & McIlroy, 1964).

Considerando os pressupostos anteriores, pretendemos desenvolver uma pesquisa multidisciplinar aplicada em terreno alpino (com ascensões superiores a 4000m) numa perspectiva longitudinal, i.e., ao longo de vários anos. A recolha dos dados reporta-se portanto,

a diferentes áreas científicas, com populações estudantis diferenciadas, e em terreno variado (eg. Alpes e Atlas). Deste modo, temos os seguintes objetivos:

· Avaliar características e manifestações psicológicas associadas aos participantes, considerando em particular, os momentos mais críticos das ascensões, como situação extrema de stress psicológico;

- Avaliar a sua relação com outras variáveis do estudo multidisciplinar;
- Avaliar a Potência Aeróbia Máxima (VO₂max) e Capacidade Anaeróbia (LAV) em Laboratório antes e após a expedição;
- Avaliar a Frequência Cardíaca (FC) durante toda a expedição, procurando desta forma monitorizar a atividade contrátil do miocárdio;
- Avaliar o perfil lipídico e glicémico em todos os dias de expedição para verificar a evolução e as alterações ao longo dos dias destes indicadores;
- (...)

Para a recolher os dados, utilizaremos os seguintes recursos:

- **Questionário Factorial de Personalidade 16PF-5** (Cattell & Cattell, 1995; CEGOC-TEA, 1998);
- **Cuestionario de Habilidades Psicológicas en Escalda Deportiva (CHPED)** (Puertas *et al.*, 2005; versão experimental);
- **Cognitive Symptoms Of Acute Stress Scale (CSAAS)** (Gohm *et al.*, 2001; versão experimental);
- **Self-Referent Thoughts** (Baumann *et al.*, 1998; versão experimental);
- **Escala de Dimensões Causais II (CDSIIp)** (McAuley *et al.*, 1992; Fonseca & Maia, 1995).
- Balança **TANITA**, calibrada para avaliar o peso e a percentagem de massa gorda;
- **Bodimeter 208 da Seca** (SECA, Germany, Hamburg) para a medição da altura;
- **Cosmed K4b2** (Cosmed, Rome, Italy) – analisador de gases *breath by breath* (presente no Laboratório de Investigação da ESDRM);
- Paasadeira Rolante **Technogym**;
- Aparelho **Omron BF300** (Omron, Matsusaka Co. LTD., Japón) para avaliação da percentagem de massa gorda por bio-impedância;

Palavras-chave: Investigação, psicologia, fisiologia, alpinismo

Referências bibliográficas:

Cattell, R. B., & Cattell, H. E. P. (1995). Personality structure and the new fifth edition of the 16PF. *Educational and Psychological Measurement*, 55, 926-937.

McAuley, E., Duncan, T., & Russell, D. (1992). Measuring causal attributions: The revised Causal Dimension Scale (CDSII). *Personality and Social Psychology Bulletin*, 18, 566-573.

Puertas, G., Chamarro, A., & Font, P. (2005). Propiedades psicométricas del cuestionario de habilidades psicológicas en escalada deportiva. *Cuadernos psicología del deporte*, 5 (1-2), 1-18.

- Caiozzo e tal. (1982). A comparison of gas exchange indices used to detect anaerobic threshold. *Journal of Applied Physiology*, 53, 1184-1189.
- Doyon, K. H., Perrey, S., Abe, D., Hugson, R. L. (2001). Field testing of VO₂ peak in cross-country skiers with portable breath-by-breath system. *Canadian Journal Applied Physiology*, 29(1), 1-11.
- Guillén, R., Lapetra, S., Casterad, J. (2000). *Actividades en la naturaleza*. Barcelona: INDE Publicaciones.
- McLaughlin, J. E., King, G. A., Howley, E. T., Basset, D. R., Ainsworth, B. E. (2001). Validation of the Cosmed K4b2 portable metabolic system. *International Journal of Sports Medicine*, 22, 280-284.
- Wasserman, K. & Gilroy, M.B. (1964). Detecting the threshold of anaerobic metabolism in cardiac patients during exercise. *The American Journal of Cardiology*, 14, 844-852.

Luís Alberto Dias Carvalhinho

Professor Coordenador, na Escola Superior de Desporto de Rio Maior (ESDRM)

Doutorado em Ciências do Desporto

Coordenador da “Área de Especialização Técnica de Desportos de Natureza e Turismo Ativo” da ESDRM

Responsável pela formação e especializações em desportos de montanha, na licenciatura, pós-graduação e mestrados da ESDRM

Área Científica: Pedagogia do Desporto

Membro efetivo do “Centro de Investigação em Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano” (CIDESD)

Membro efetivo da “Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém” (UIIPS)

Praticante de desportos de natureza, com maior ênfase no montanhismo e alpinismo

D30 - Gestão de projetos de treino financiados no desporto aventura extrema - Montanhismo, Grand Slam e Parapente Redbull X Alps.

Pereira, F.D. e Mendonça, G.V.

Faculdade de Motricidade Humana – UTL

E-mail: fpereira@fmh.utl.pt

Actualmente cada vez mais atletas participam em expedições e competições envolvendo atividades físicas de ar livre de intensidade e complexidade extremas, que decorrem em envolvimentos marcadamente exigentes para o organismo, devido à altitude, terreno ou acessibilidade. Estas atividades realizam-se sobretudo no estrangeiro, em locais onde o apoio e o socorro nem sempre são possíveis, exigem uma preparação e um condicionamento específicos e envolvem a mobilização de recursos e logísticas complexas e dispendiosas. Estas atividades caracterizam-se também por terem longa duração, podendo variar entre algumas semanas e vários meses. Colocando o corpo do ponto de vista fisiológico, em condições sempre adversas aos processos de recuperação e descanso, condicionados pelo desenrolar das próprias atividades e normalmente realizados em condições precárias, por envolverem logísticas diminutas, facilitadoras de rápidas progressões e montagens. Pela sua complexidade, localização de realização e duração, estes projetos desportivos estão dependentes da gestão e da negociação de recursos e patrocínios, obrigando à criação de novos modelos de negócio e treino. Nos últimos anos na FMH-UTL, tivemos oportunidade de sermos contactados para conceber, planear e avaliar, projetos desportivos com estas características num trabalho de consultadoria, inovador, pouco frequente mas extremamente desafiador. Para dar resposta a este tipo de solicitação, tivemos necessidade de criar uma metodologia específica de intervenção e treino, muito baseadas na experiência única dos atletas, e replicá-la em condições diferentes. Paralelamente foram desenvolvidas metodologias e protocolos de investigação, que assumem um papel crucial associado à investigação clínica e à segurança dos participantes. Iremos apresentar estas metodologias integradas inovadoras, exemplificadas por dois casos mais mediáticos, de empreendedorismo e inovação: o himalaista João Garcia, que foi acompanhado por nós nos três últimos picos acima dos 8000m, que compõem o Grand Slam of mountaineering (Manaslu 2009; Nanga Parbat 2009; Annapurna, 2010), e mais recentemente com a equipa do piloto de parapente Nuno Virgílio, e do Samuel Lopes, que foram convidados e participaram na Redbull-X-Alps, Salzburgo-Mónaco (2011).

Palavras-chave: Fisiologia avançada extrema, Gestão de projetos no desporto, Condicionamento e treino para expedições.

Professor Doutor Fernando Manuel Duarte Pereira, docente da FMH-UTL desde 1983. Regente das disciplinas de Fisiologia do Exercício/ Fisiologia do Trabalho e Prevenção Segurança e Emergência. Investigador senior do Laboratório de Fisiologia e Bioquímica do Exercício. (Ciper-Biolad). Coordenador do curso de pós-graduação em Outdoor - Segurança em desporto de natureza e aventura. Desde 2000 responsável pelo projecto SERFO - Segurança Emergência e Resgate, Formação Outdoor. Membro do grupo da Qualidade da UTL-FMH. Presidente do Conselho Pedagógico da FMH-UTL (quadriénio).

D31 - Equivalente de carga biomecânica como medida da dificuldade dos percursos pedestres

Ronaldo Gabriel^a; Helena Moreira^b; José Aurélio Faria^c; Solange Leite^a; João Santos^a; Margarida Marques^a; Luís Quaresma^b; António Serôdio^b; Elisa Gomes^d; Luís Sousa^d; Ana Alençoo^e; Eduardo Rosa^a

^aCentro de Investigação e Tecnologias Agro-Ambientais e Biológicas (CITAB); UTAD, Apartado 1013, 5001-801, Vila Real, Portugal

^bCentro de Investigação de Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano (CIDESD); UTAD, Apartado 1013, 5001-801, Vila Real, Portugal

^cCentro de Investigação de Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano (CIDESD); UBI, Convento de Sto António, 6201-001, Covilhã, Portugal

^dCentro de Geociências (CGEO); UTAD, Apartado 1013, 5001-801, Vila Real, Portugal

^eCentro de Geofísica da Universidade de Coimbra (CGUC); UTAD, Apartado 1013, 5001-801, Vila Real, Portugal

E-mail: rgabriel@utad.pt

A caminhada constitui uma actividade física ideal para iniciar a mudança de comportamento requerida para se obterem benefícios de saúde, sendo acessível a todos os segmentos da comunidade e podendo ser incorporada nas rotinas diárias como forma de deslocação nos arredores da habitação, de exercício, para se deslocar de um sítio para o outro ou como simples acto de prazer. Quando a caminhada é realizada com uma determinada intensidade, duração, frequência e progressão, as condições do tempo e a estética do local constituem atributos do envolvimento importantes para a sua realização, ao contrário da caminhada que é efectuada como um acto de prazer em que a segurança e a acessibilidade são os factores mais determinantes (Humpel et al., 2004).

A definição de percursos comunitários pode constituir um meio precioso de promoção de um estilo de vida mais activo, particularmente em segmentos populacionais com um acentuado risco de inactividade (Brownson et al., 2000). O desenvolvimento de estratégias que promovam o conhecimento e o uso dos referidos percursos revela-se essencial na promoção de um estilo de vida mais activo. A elaboração de mensagens que motivem os cidadãos para uma prática regular de actividade física e em manterem essa mudança de comportamento constitui uma intervenção importante (Task Force on Community Preventive Services, 2002), devendo focalizar informação específica sobre o modo de como poderão utilizar os percursos pedestres para melhorar a sua saúde, os métodos que os ajudem as ultrapassar as barreiras e as atitudes negativas relacionadas com a actividade física, entre outros. A divulgação dessas mensagens e dos percursos pedestres (jornais, rádios, televisão, desenvolvimento de websites,

etc.), a organização de eventos de caminhada que promovam a utilização dos referidos percursos e que estimulem o suporte da família e dos amigos na aquisição de um estilo de vida mais activo e a prescrição e monitorização do exercício, poderão constituir meios importantes de promoção de um estilo de vida mais salutogénico (Task Force on Community Preventive Services, 2002).

Um dos principais objectivos na preparação dum percurso pedestre na natureza é o de minimizar os riscos implícitos à tarefa e decorrentes da evolução dos declives ao longo do referido percurso. As lesões traumáticas ao nível do pé, do tornozelo e do joelho, com a ruptura ou a distensão dos ligamentos e sem o deslocamento das superfícies articulares, são muito frequentes nos utilizadores de percursos pedestres na natureza, com particular destaque para as entorses ao nível do joelho (Loob, 2004). A análise biomecânica do efeito cumulativo das cargas externas e internas a que o pedestrianista está sujeito e do grau de dificuldade de cada um dos troços do percurso revela-se muito importante na redução deste tipo de lesões.

Utilizando as equações das regressões indicadas por Gabriel et al. (2008, 2010), como representativas do comportamento das variáveis estudadas (força reactiva do apoio, pressão plantar, momentos articulares no tornozelo, momentos articulares e forças internas no joelho) em ordem aos declives, sugere-se uma metodologia para a estimativa do volume total da carga biomecânica no conjunto pé-tornozelo e no joelho. Em relação à estimativa do custo energético a suportar na execução do percurso sugere-se a utilização das equações indicadas pelo ACSM (1991) e por Montoye et al. (1996). Neste âmbito, a indicação do nível de dificuldade de cada percurso associado ao custo energético a suportar na respectiva execução basear-se-á no critério sugerido por Hugo (1999). Este autor sugere que os níveis de dificuldade estejam directamente associados a múltiplos do custo energético a suportar durante a execução dum percurso horizontal de 5000 metros.

Ainda em relação ao volume total da carga biomecânica no pé, no tornozelo e no joelho, a suportar na execução do percurso, é também indicado o respectivo nível de dificuldade associado através da adaptação do critério sugerido por Hugo (1999). Por exemplo, um percurso que apresentava um volume total de carga biomecânica no joelho 3,2 vezes superior ao estimado para um percurso horizontal de 5000 metros, foi considerado como moderado em termos da dificuldade inerente à solicitação realizada naquela articulação.

Agradecimentos

Este trabalho foi desenvolvido no âmbito do projecto “Nuevas Ciudades Fluviales del Siglo XXI (FLUVIAL), Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha/Portugal (POCTEP), que tem como Coordenador Ronaldo Eugénio Dias Gabriel (UTAD) e no âmbito do Centro de Investigação e Tecnologias Agro-Ambientais e Biológicas (CITAB).

Bibliografia

AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE (ACSM) (1991). Guidelines for Exercise Testing and Prescription. Lea & Febiger. Malvern. Pennsylvania. USA. 69-70.

- BROWNSON, R.; HOUSEMANN, R.; BROWN, D.; JACKSON-THOMPSON, J.; KING, A.; MALONE, B. E SALLIS, J. ,(2000). Promoting physical activity in rural communities: walking trail access, use and effects. *Am J Prev Med*, 18: 235-241.
- GABRIEL R., MONTEIRO, M., MOREIRA, H. & MAIA, M. (2008). Contribution of plantar pressure to the prevention and quantification of the muscle-skeletal injury risk in hiking trails, a pilot study. *Acta of Bioengineering and Biomechanics*, 10 (3): 51-54.
- GABRIEL, R., MOREIRA, H. & FARIA, J. (2010). Pedestrianismo, biomecânica e prevenção de lesões. In: Alencão, A., Rosa, E., Moreira, H., Santos, J. & Gabriel, R., *Pedestrianismo uma abordagem multidisciplinar: ambiente, aptidão física e saúde*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. 64 – 81.
- HUGO, L (1999). Energy equivalent as a measure of the difficulty rating of hiking trails. *Tourism Geographies*, 1 (3): 358-373.
- HUMPEL, N.; IVERSON, D.; LESLIE, E.; BAUMAN, A., (2004). Perceived environment attributes, residential location, and walking for particular purposes. *Am J Prev Med*, 26: 119-125.
- LOOB, B., (2004). Load carriage for fun: a survey of New Zealand trampers, their activities and injuries. *Applied Ergonomics*, 35: 541-547.
- MONTOYE, J., KEMPER, G., SARIS, M. & WASHBURN, A. (1996). *Measuring Physical Activity and Energy Expenditure*. Human Kinetics Publishers. Champaign. Illinois. USA.
- TASK FORCE ON COMMUNITY PREVENTIVE SERVICES (2002). Recommendations to increase physical activity in communities. *Am J Prev Med*, 22 (suppl): 67-72.

Ronaldo E.C.D. Gabriel, studied sport science, physical education and biomechanics at Technical University of Lisbon (UTL) and received his PhD from University of Trás-os- Montes and Alto Douro (UTAD), Portugal, in 1999 with emphasis in biomechanics of human movement. He is currently Integrated Member of the Centre for the Research and Technology of Agro-environmental Biological Sciences (CITAB) and Associate Professor of the Department of Sports Sciences, Exercise and Health at UTAD.

Professor Gabriel educates Biomechanics in UTAD after more than twenty years and is responsible for several curriculum units (modules) on that scientific field in a number of different undergraduate and graduate degrees.

His research interests focus on biomechanics of joint stability with particular emphasis on the lower limb joint stability behavior during human locomotion. This research, actually, include the transfer of knowledge to the open air walking activities as a healthy activity adapted to performers ages, special in seniors groups. Professor Gabriel will work with his UTAD collaborators.

He is member of the Portuguese Society of Biomechanics, the European Society of Biomechanics, the International Society of Biomechanics, and the International Society of Biomechanics in Sports.

D32 - Risco, Stress e Alpinismo: estratégias de coping entre alpinistas de elite.

Mário Neves (*) (**), Joaquin Dosil (*), & A. Rui Gomes (***)

(*) Universidade de Vigo, Espanha

(**) Instituto Superior da Maia – ISMAI

(***) Escola de Psicologia. Universidade do Minho, Portugal.

E-mail: mariorui1@gmail.com

O Alpinismo é uma modalidade praticada em ambiente de alta montanha, que implica a progressão em diferentes tipos de terreno (neve, rocha ou gelo). É uma modalidade complexa e de elevado risco e desafio (Burke & Orlick, 2003) que apresenta uma série de características únicas no universo desportivo, não só pelas exigências físicas do esforço mas também pelo significativo apelo à condição psicológica dos seus praticantes (Burnik, Jug & Tusak, 2002).

O presente estudo analisa as fontes de stress na prática do alpinismo expert e as respectivas estratégias de coping para lidar com aqueles stressores. Para tal, recorremos a uma metodologia qualitativa através de uma entrevista semi-estruturada e aprofundada (Gould & Dieffenbach, 2002; Patton, 2002; Burke, Sparkes & Allen-Collinson, 2008), seguindo uma lógica indutiva no processo de análise dos dados. Participaram neste estudo dez alpinistas experts, cinco de nacionalidade portuguesa e cinco de nacionalidade espanhola, com uma média de idades de $40,5 \pm 8,8$ anos. Todos os alpinistas participantes no estudo, apresentam uma larga experiência e significativo currículo no alpinismo ($M = 24,2 \pm 7,2$ anos de experiência).

Os resultados revelaram oito fontes de stress que representam factores intrínsecos à modalidade (Cooper, Dewe, O'Driscoll, 2001), tais como, o risco de queda, risco de acidente ou a descida do cume. Para lidar com as situações de stress, os alpinistas recorreram, principalmente, ao confronto activo, ao planeamento e análise da situação, ao controlo de pensamentos e emoções negativas e à reavaliação positiva perante a adversidade. Estes resultados indicaram o recurso a estratégias de coping centradas no problema e/ou centradas na regulação das emoções, o que se enquadra com estudos realizados noutros contextos desportivos com atletas de elite (Dias, Cruz & Fonseca, 2009; Gould, Eklund, & Jackson, 1993).

Mário Neves

Doutorado em Psicologia da Atividade Física e do Desporto pela Universidade de Vigo e Mestre em Ciências do Desporto na área do Treino de Alto Rendimento pela FCDEF-UP. É professor de Educação Física no ensino secundário e Assistente Convidado do Curso de Educação Física e Desporto do Instituto Superior da Maia (ISMAI) sendo responsável pela área de ensino e investigação das Atividades Físicas de Exploração da Natureza. Faz parte do grupo de investigação *Adaptação, Rendimento e Desenvolvimento Humano* (ARDH-GI) da Universidade do Minho. É praticante há duas décadas de montanhismo e alpinismo.

E - Turismo na Natureza

E9 - Tourism and the democratisation of mountain adventure activities in the UK The Practice of Mountain Based Adventure Tourism in Britain

Paul Beedie

This presentation draws on research into the British adventure tourism industry and aims to illuminate the practices of the tour operators and the behaviours of the people who buy adventure activity experiences. The emphasis will be upon mountain based activities as they occur in the wilder parts of Britain, notably the English and Welsh national parks and the mountain regions of Scotland's highlands and islands. The theoretical perspective adopted allows for an explanation of mountains and mountaineering as social constructions constantly evolving in the light of ongoing technical, economic and cultural change. The primary driver for adventure tourism is the capital exchange of money for 'status through doing' – symbolic capital - which has led to a commodification of the adventure experience. This has allowed commercial and business interests to shape the key markets for adventure. This inevitably leads to power struggles between those that want to exploit and those who want to preserve Britain's (relatively limited) wilderness areas. Empirical examples from mountain based adventure tourism are used to illustrate these tensions and conclusions are drawn which propose that the 'mobilities' of the twenty-first century are creating new social forms – 'sociations' – characterized by more temporary and fluid forms of identity construction. These changing social dynamics have become evident amidst other changes in adventure activities – commonly driven by technological developments as diverse as the engineering of mountain bikes and the potential of social networking web-sites to circulate adventure participant images – which, when taken together, illustrate the increasing complexity of adventure tourism provision.

Paul Beedie

Principal Lecturer Sociology of Sport & Adventure

Department of PE & Sport Studies

University of Bedfordshire

Qualifications:

PhD Social Sciences(De Montfort University 2002)

MEd Education Studies(Sheffield University 1992)

Mountain Instructors Certificate (MIC Completed 1988)

Post Graduate Certificate in Education (University College of North Wales 1980)

BA (Hons) PE and Geography (Birmingham University 1978)

Teaching Responsibilities:

Sport Sociology

Applied Adventure Recreation

Dissertation Supervision

Community Sport in Action

Course Leader BA Sport and Community Leadership

Course Leader MA Community Sport Management

E10 - Projecto “Ecovias de Portugal”: Turismo activo em bicicleta

Paulo Guerra dos Santos

A Ecovias de Portugal é um projecto levado a cabo por pessoas com duas grandes paixões em comum: turismo de natureza e bicicletas. Amantes das duas rodas a pedal percorrem o país à procura de estradas e caminhos com reduzido tráfego automóvel, registando-os em GPS para que outros viajantes e amantes do turismo activo lhes sigam as pedaladas enquanto visitam os locais de maior beleza natural ao mesmo tempo que descobrem o vasto património construído ao longo dos séculos, utilizando como meio de deslocação a sua bicicleta. Tendo acesso gratuito a um roteiro turístico, o viajante pode assim planear as suas férias a pedalar em total conforto e segurança pelos caminhos de Portugal.

Contando já com um percurso concluído em parceria com alguns municípios, a Ecovia Lisboa-Badajoz leva os viajantes em duas rodas a pedalar da capital até ao outro lado da fronteira junto ao Rio Guadiana. 330 Quilómetros pedaladas a um ritmo de passeio, sem pressa de chegar.

Paulo Guerra dos Santos

- Engenheiro Civil, Mestre em Vias de Comunicação e Transportes.
- Formador e professor em diversos centros de formação e escolas, públicos e privados.
- Consultor em Projecto de Estradas, Acalmia de Tráfego e Mobilidade Ciclável.
- Autor dos projectos:
 - “100 dias de bicicleta em Lisboa”, 2008
 - “100 dias de bicicleta em Portugal”, 2010
 - “Ecovias de Portugal”, 2011
- Participação em projectos internacionais: Alemanha, Angola, Finlândia, Holanda
- Membro das redes sociais de hospitalidade “CouchSurfing.org” e “WarmShowers.com”

E11 - Guias de montanha do Pico

Nilton Nunes

A montanha do Pico enquanto destino turístico de actividades montanhismo.

Qual a evolução nos últimos anos do número de visitantes e quais os principais mercados emissores.

As actividades oferecidas vs. a diversidade possível, da Montanha do Pico

Adaptação dos guias e operadores à crescente procura, e evolução das regras e regulamentação existente.

Análise do sector, tendo em conta as limitações actuais do mesmo, com uma reflexão sobre que passos e decisões a tomar para garantir a consolidação da actividade como uma actividade sustentável.

Nilton César Pereira Nunes

Desde 2010 – Presidente da AGMA – Associação de Guias de Montanha dos Açores;

Desde 2007 – Empresário na Área de Animação Turística na empresa Cume2351 – Outdoor Experience – Ilha do Pico;

2007 – Membro do grupo de trabalho GESPEA na Ilha do Pico, para a cartografia e catalogação de cavidades vulcânicas nos Açores;

Desde 2006 - Guia da Reserva Natural da Montanha do Pico – Ilha do Pico;

2006 A 2007 – Guia de Espeleologia - Gruta das Torres – Ilha do Pico;

2001 – Skipper na actividade de Observação de Cetáceos – Ilha do Pico.

E12 - A imagem dos destinos turísticos de montanha: olhares dos turistas e residentes

Carla Silva, Elisabeth Kastenholz, José Luis Abrantes

Carla Silva
Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
csilva@estv.ipv.pt

Elisabeth Kastenholz
Universidade de Aveiro, Portugal
elisabethk@ua.pt

José Luis Abrantes
Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
jlabrantes@dgest.estv.ipv.pt

A imagem dos destinos constitui um conceito central na literatura em turismo porque está fortemente relacionada com o comportamento dos residentes e dos turistas (Baloglu & McCleary, 1999; Baloglu & Mangalolu, 2001). A imagem afecta o comportamento de escolha e avaliação do destino, da viagem e da participação e experiência turísticas (Echtner and Ritchie 1991; Lee & Lee, 2009). Por outro lado, os residentes têm, também eles, uma imagem sobre o local onde residem que pode e deve ser analisada, afectando, por sua vez, a percepção que os turistas têm desses espaços (Gallarza, Saura & García, 2001).

Alguns destinos turísticos possuem características simbólicas que exercem forte influência na formação da sua imagem, como são o caso dos espaços de montanha. De facto, as montanhas constituem um dos mais profundos arquétipos da Humanidade simbolizando poder, liberdade e eternidade (Smethurst, 2000, p.36). As regiões de montanha têm-se tornado num dos mais atractivos destinos turísticos constituindo a sua procura, actualmente, 20% dos fluxos turísticos globais com 500 milhões de turistas anualmente (UNEP, 2002; Thomas et al., 2006). Mas até muito recentemente, os estudos sobre os espaços de montanha limitavam-se, maioritariamente, às suas características físicas, ecológicas e ambientais (Smethurst, 2000). Uma abordagem do ponto de vista do turismo de montanha, no contexto da imagem, pode revelar-se, assim, essencial. Neste contexto, o presente estudo que resulta de uma tese de Doutoramento em Imagem de Montanha, pretende analisar, de uma forma holística e multidisciplinar, a imagem que os residentes e turistas têm dos espaços de montanha, bem como o respectivo gap. O objectivo central é construir uma escala MDI - Mountain Destination Image Scale - no sentido de medir os parâmetros da imagem do destino, incluindo factores cognitivos e afectivos e tendo em conta os grupos populacionais turistas e residentes. Com

base numa extensa revisão da literatura em imagem dos destinos turísticos e nos significados sociais e culturais da montanha ao longo do tempo, e no âmbito do trabalho empírico realizado a 315 turistas e 315 residentes na Serra da Estrela (Portugal), Alpes (França, Áustria e Suíça) e Picos da Europa (Espanha), os resultados indicam que a escala multidimensional MDI integra cinco dimensões de imagem de montanha pelos turistas: (1) histórico-cultural, (2) natural/ecológica, (3) social e prestígio, (4) lazer e desporto e (5) afectiva; e três dimensões percebidas pelos residentes: (1) mística/sagrada, (2) histórico-cultural e (3) afectiva. A discussão é Centrada nas implicações teóricas e práticas da escala MDI no planeamento, gestão e marketing dos destinos turísticos de montanha. São igualmente apresentadas as limitações do presente estudo e traçadas algumas linhas orientadoras para investigações futuras.

Palavras-Chave: Montanhas, Turismo de Montanha, Imagem dos Destinos Turísticos, Escala MDI.

Carla Maria Alves da Silva é Licenciada em Sociologia pela Universidade Autónoma de Lisboa, Mestre em Ciências Sociais pelo ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, com dissertação de Mestrado em Motivações para Destinos Turísticos de Montanha – e Doutorada em Turismo pela Universidade de Aveiro, com tese de Doutoramento em Imagem dos Destinos Turísticos de Montanha.

É docente na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viseu do Instituto Politécnico de Viseu, desde Abril 1999.

Ao longo do seu percurso de docência leccionou as disciplinas de Sociologia do Turismo, Turismo em Espaço Rural, Produtos Turísticos e Gestão de Recursos Humanos, ao Curso de Turismo; Imagem Institucional ao Curso de Tecnologias e *Design* de Multimédia; Comportamento do Consumidor e Gestão de Recursos Humanos ao Curso de Marketing; Gestão de Recursos Humanos aos Cursos de Gestão de Empresas e Contabilidade e Administração; Psicossociologia das Organizações ao Curso de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial; e Comportamento Organizacional aos Cursos de Engenharia de Madeiras e Contabilidade e Administração.

As áreas de investigação são o Turismo e o Comportamento do Consumidor com publicações nos *Proceedings* de várias Conferências Nacionais e Internacionais.

É membro da IACTHR – International Academy of Culture, Tourism and Hospitality Research.

É ainda membro do Centro de Investigação do Instituto Politécnico de Viseu.

F - Empresas de animação turística: problemas e práticas

F37 - Estudio de la situación de la legislación de turismo activo en España ANETA

José María Nasarre

Las empresas de turismo activo no han tenido regulación en España hasta la última década del siglo XX. Aunque las leyes del turismo apenas les han concedido relevancia, su crecimiento ha hecho que las comunidades autónomas hayan procedido a su regulación mediante decreto, de forma paulatina, pues son nueve las que cuentan con regulación en el año 2006. Las diferentes regulaciones autonómicas se han esforzado por dar respuesta a un fenómeno novedoso pero no se han coordinado para establecer medidas reguladoras homogéneas. Es de esperar una futura convergencia entre las diferentes regulaciones.

Palabras clave: turismo, turismo deportivo, turismo activo, empresas de turismo activo, actividades en la naturaleza.

José María Nasarre Sarmiento

Doctor en Derecho, Profesor del Departamento de Derecho de la Empresa de la Universidad de Zaragoza, con docencia en la Escuela Universitaria de Estudios Sociales. Ha dirigido ocho proyectos de investigación en los últimos cuatro años relacionados con el turismo y el deporte en la montaña, en temas tales como responsabilidad civil, senderismo, escalada, refugios de montaña, esquí de fondo, actividades en espacios naturales protegidos, guías de montaña, etc. En la actualidad dirige el equipo encargado de la asesoría jurídica de la Federación Española de Deportes de Montaña y Escalada en materia de senderismo y espacios naturales protegidos. Coautor del libro "La vertiente jurídica del montañismo", publicado por editorial PRAMES en marzo de 2001.

F38 - Outdoor commercial companies: what works - what doesn't work?

Jean-Yves Lapeyrère

The aim of this presentation is to clarify where the Outdoors (and generally speaking, the Active Leisure) stand, with regards to neighboring sporting activities and industrial leisure. It will focus on the current classic confusions between the Active Leisure and the Sport sub-sectors and suggest concepts of product definition, product design, marketing and sales that are nowadays particularly adapted to commercial Outdoors and that have proven to operate successfully in France and in other European countries.

Jean-Yves Lapeyrère

Chief Executive Officer SNELM: National Employer's Union of Companies trading in recreational physical activities within Active Leisure Sector;

Elaboration & Coordination Leonardo Project "EQFOA": "Competence framework for Outdoor Animators", Outdoor Sector;

Elaboration and participation European project "RBT": developing Social Dialogue within the Sport & Active Leisure Sector;

Chief Executive Officer SNELM French Active Leisure Sector: Secretary EC-OE, "European Confederation of Outdoor Employers" European Outdoor Sector;

Co-elaboration & Co-management Leonardo Project "CLO2": "From Conference framework to learning Outcomes" Outdoor Sector;

Participation to European Project "ECVET Fitness": European Fitness Sector;

Mijoux (France) Major Mountain outdoor and ski resort: Active Leisure Sector.

F39 - Animação turística: oportunidades da crise

Ana Barbosa

Uma crise é sempre um bom momento para repensarmos projectos, redefinirmos estratégias e inventarmos soluções. É um facto que a dificuldade aguça o engenho. Mas uma crise pode ser também algo que, pelo menos durante um certo tempo, nos pode trazer benefícios geradores de perspectivas que, de outra forma, talvez não nos aparecessem como factores de mudança das nossas práticas habituais.

A minha intervenção, centrada nas oportunidades da crise, versará 3 aspectos distintos mas complementares:

1. Qualificação, diferenciação e comunicação dos produtos de animação turística
2. A importância do funcionamento em rede
3. A conquista do mercado externo / internacionalização no contexto do novo regime jurídico das AVT.

Ana Barbosa

Nasceu no Porto em 1949 e vive há mais de 25 anos no Alentejo. Licenciada em Filosofia, iniciou a sua carreira no Turismo com a constituição, em 1990, da empresa de Animação Turística TurAventur – Aventura e Turismo Lda, de que é sócia gerente. Participou na concepção e implementação deste projecto empresarial e foi autora e co-autora de vários trabalhos de informação turística sobre o Alentejo.

Foi co-fundadora, em 1996, da PACTA – Associação Portuguesa de Empresas de Animação Cultural e Turismo de Natureza e Aventura, na qual desempenhou o cargo de Presidente da Direcção até à fusão de que resultou a APECATE. Nesta Associação é vice-Presidente da Direcção e Presidente da Secção de Animação Turística. Em sua representação é membro da Turismo do Alentejo – ERT e vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Turismo do Alentejo – ARPT.

Em 2010, recebeu o 1º Prémio “Turismo do Alentejo”, atribuído pela ERT pelos serviços prestados ao desenvolvimento turístico do Alentejo.

G - Gestão do risco

G33 - Managing risk in adventure tourism in the UK

Paul Beedie

University of Bedfordshire, England

This paper reports from an ongoing research project that aims to investigate adventure tourism in Britain. The project's central investigation is of commercial and business interests that use modern technologies and media to promote adventure activities that, usually, offer short and intense packages of excitement with a closer proximity to certainty of outcome – because of the way risk is controlled - than the original meaning of adventure. Technology driven access to destination and participant images reinforce traditional views of adventure as 'wildness' but the discursive rhetoric is of risk management and control suggesting a 'public secret'. The double impact of risk controls and commercial expediency turns adventure into packaged commodities. In this way the 'needs' of the paying clientele are both created and met by client capacity to gain symbolic capital in a risk managed environment. The data collected draws from a range of sources that include: web-sites, participant observation and semi-structured interviews. Illustrative examples are drawn from authorities responsible for risk management in adventure activities. Preliminary conclusions support the case for an increasingly controlling system of risk management that, whilst reflecting the more general concerns of risk society, continues to work against the original meaning of adventure as uncertainty of outcome.

Paul Beedie

Principal Lecturer Sociology of Sport & Adventure
Department of PE & Sport Studies
University of Bedfordshire

Qualifications:

PhD Social Sciences(De Montfort University 2002)
MEd Education Studies(Sheffield University 1992)

Mountain Instructors Certificate (MIC Completed 1988)

Post Graduate Certificate in Education (University College of North Wales 1980)

BA (Hons) PE and Geography (Birmingham University 1978)

Teaching Responsibilities:

Sport Sociology

Applied Adventure Recreation

Dissertation Supervision

Community Sport in Action

Course Leader BA Sport and Community Leadership

Course Leader MA Community Sport Management

G34 - Matriz de dados para aplicação da gestão do risco em animação turística

Maria do Céu Almeida¹, Francisco Silva²

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

²teixeira.almeida@eshte.pt¹francisco.silva@eshte.pt

A animação turística inclui no seu âmbito diversas actividades que, pela conjugação ou magnitude de perigos que envolvem, implicam a necessidade de adoptar boas práticas e medidas de segurança para se obterem níveis de risco residual aceitáveis. Estas actividades, designadas por actividades de risco acrescido, são muito variadas em termos de tipologia das práticas e dos territórios onde decorrem.

O enquadramento de actividades de risco acrescido, quer em actividade benévola, quer na comercialização de serviços, deve ser efectuado de modo a assegurar tanto a segurança de todos os envolvidos, como uma prática responsável em termos ambientais.

A adopção de abordagens sistemáticas baseadas nos princípios conceptuais da gestão do risco tem vindo a ser reconhecida como adequada, visto que se considera não apenas a frequência de ocorrências indesejáveis e as consequências dessas ocorrências de forma independente, mas a sua combinação como indicador do nível de risco. Adicionalmente, são analisadas nesta abordagem as medidas que podem levar a reduzir os níveis de risco e estimados os níveis de risco residual para um dado nível de prática.

Para se poder aplicar adequadamente a gestão de risco é necessário recorrer a um conjunto de dados que devem ser compilados e registados, de forma adequada, de modo a permitir incorporar melhorias graduais ao longo das várias fases da gestão do risco, desde da definição do contexto, a avaliação do risco até à monitorização do risco.

Neste artigo propõe-se uma metodologia para compilação de dados relevantes, passível de ser aplicada pelas entidades que enquadram regularmente actividades de risco acrescido, com vista a sustentar de forma adequada a aplicação de abordagens de gestão do risco.

Palavras-chave: actividades de risco acrescido, gestão do risco

Maria do Céu Almeida

Licenciada em Engenharia Civil (IST/UTL), Mestre em Investigação Operacional e Engenharia de Sistemas (IST/UTL) e PhD em Engenharia Civil e do Ambiente (Imperial College of Science Technology and Medicine, Londres, Reino Unido).

Em paralelo com a sua actividade como Investigadora Principal do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, na área científica de hidráulica e ambiente, é docente equiparada a professora coordenadora a tempo parcial na Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril (ESHTe) desde 2003. Responsável pelas disciplinas que tem leccionado, nomeadamente,

matérias de gestão do risco, segurança e resgate no curso de licenciatura em gestão do lazer e animação turística e no mestrado em turismo, ramo Planeamento e Gestão em Turismo Natureza e Aventura.

Consultora em turismo no âmbito dos Planos Estratégicos de Animação Turística para a Associação Regional do Turismo dos Açores. Monitora e formadora em desportos de aventura: canyoning e manobras de corda.

G35 - Gestão do Risco e da Segurança em Desportos de Natureza: Reflexões sobre “boas práticas” internacionais e possibilidades de implementação em Portugal

Ricardo José Espírito Santo de Melo¹ (ricardo.es.melo@gmail.com)

António Sérgio Duarte Lopes Damásio¹ (sergio@esec.pt)

Rui Manuel Sousa Mendes¹ (rmendes@esec.pt)

¹Área Científica de Educação Física e Desporto da Escola Superior de Educação
(ESEC) - Instituto Politécnico de Coimbra (IPC)
Escola Superior de Educação de Coimbra
Praça Heróis de Ultramar- Solum, 3030-329 Coimbra, Portugal

O crescimento do número de actividades desenvolvidas em Portugal relacionadas com os Desportos de Natureza, resultante do aumento do número praticantes e de organizações promotoras destas práticas, tem gerado preocupações com o “risco e a segurança”, junto dos seus intervenientes. O presente trabalho pretende contribuir para a reflexão necessária sobre esta problemática, sendo realizado, para o efeito, uma análise sobre “boas práticas” internacionais. Esta abordagem será conduzida ao nível da análise dos instrumentos político-legais relacionados com esta temática e das metodologias de “gestão do risco e da segurança” desenvolvidos em países como a Brasil, Nova Zelândia, França, Reino Unido entre outros. Será também apresentada uma proposta exploratória de um “sistema de Gestão do Risco e da Segurança”, resultante de um trabalho exploratório por nós desenvolvido (Melo & Mendes, 2011). Os resultados desta reflexão apontam, para além de uma maior regulamentação do sector, para a criação, de forma participativa, de instrumentos de normalização de procedimentos de actuação e de competências mínimas dos técnicos, o que permitirá estabelecer e consolidar uma cultura de segurança e de qualidade, e definir um patamar de profissionalismo que origine a oportunidade de desenvolvimento estratégico e competitivo deste sector.

Palavras-chave: Desportos de Natureza, Risco, Segurança, Gestão

G36 - Aspectos legais da gestão dos riscos a partir dos parâmetros praticante, equipamento e natureza. O caso brasileiro.

Giuliano Gomes de Assis Pimentel

Universidade Estadual de Maringá (Brasil)

Rua Pedro Nunes, Bloco 4, Quinta da Nora, 3030-199, Coimbra

E-mail: ggapimentel@uem.br

Ricardo José Espírito Santo de Melo

Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Coimbra

E-mail: ricardo.es.melo@gmail.com

Telefone: 00351 938820453

Três fatores são considerados fundamentais para a gestão dos riscos em desportos em ambiente natural: sujeito; equipamento; condição do meio. Por sujeito, não se refere apenas ao indivíduo, mas, também, à sua capacidade técnica, o grupo ao qual pertence, nível de experiência, sensibilidade ecológica e preparação psicossomática. O equipamento diz respeito à tecnologia disponível, à sua adequação e ao tipo de ascensão pretendida. Por fim, a condição do meio vai desde o estado atmosférico até a composição físico-química da montanha, a sua fauna e flora, os seus abrigos e as suas vias. Desses fatores, o ser humano é considerado o principal foco dos acidentes, pois dele depende a interpretação e a administração dos outros dois elementos.

Entretanto, como existe diferença entre o risco real e o risco avaliado conforme cada sujeito, e, em consequência do crescimento das práticas de aventura, especialmente no mercado turístico, os acidentes começaram a tornarem-se mais frequentes, com ampla divulgação nos mídia. Em resposta, as instituições criaram mecanismos a fim de orientar a gestão dos riscos, tais como legislação específica e sistemas de gestão dos riscos. Considerando, os diferentes sistemas que contribuem para a gestão dos riscos, este estudo analisou especificamente o discurso normativo (aspectos jurídicos e normas técnicas). Para tanto, contrastou a produção legal no Brasil, identificando como sujeito, equipamento e condição do meio são regulados nesse país.

No Brasil, a incidência de ocorrências chegou ao ponto de familiares de vítimas do turismo de aventura criarem a Associação Férias Vivas para se realizar, pela primeira vez no país, o monitorização dos acidentes envolvendo atividades de aventura, campanhas de prevenção e políticas públicas a segurança em atividades de aventura. Tal movimento desencadeou as primeiras ações de normalização da aventura, por meio de 31 normas, que vem sendo incorporadas ao Projeto de Normalização e Certificação em Turismo de Aventura, desenvolvido há três anos no âmbito da Associação Brasileira de Normas Técnicas/Comitê Brasileiro de Turismo – ABNT/CB54. Em complemento, a publicidade negativa dos acidentes, levou o setor produtivo a estabelecer também padrões de segurança. Empresas que operam na

informalidade tendem a dispor de gestão do risco menos eficiente, favorecendo a exposição dos praticantes a perigos que deveriam ser controlados. Diante deste quadro, a ABETA – Associação Brasileira de Empresas de Turismo de Aventura – desenvolveu um programa de controlo denominado “Sistema de Gestão do Risco e da Segurança”, visando melhorar a qualidade, a confiabilidade e a competitividade dos profissionais e organizações deste segmento.

Dessas 31 normas, as seguintes se destacam para as atividades de montanha: ABNT NBR 15285 – Turismo de aventura - Condutores – Competências de pessoal; ABNT NBR 15331 – Turismo de aventura – Sistema de gestão da segurança – Requisitos; Projeto de norma com número provisório 54:003.02-002 - Turismo de aventura – Sistema de gestão da segurança – Diretrizes; ABNT NBR 15334 – Turismo de aventura - Sistema de gestão da segurança – Requisitos de competências para auditores; ABNT NBR 15286 – Turismo de aventura – Informações mínimas preliminares a clientes; ABNT NBR 15500 - Turismo de aventura – Terminologia; ABNT NBR 15397 – Turismo de aventura – Condutores de montanhismo e de escalada - Competências de pessoal.; ABNT NBR 15398 – Turismo de aventura – Condutores de caminhada de longo curso - Competências de pessoal; ABNT NBR 15399 - Turismo de aventura – Espeleoturismo de aventura – Requisitos para produto; Projeto de norma com número provisório 54:003.09-001 - Turismo de aventura – Técnicas verticais – Requisitos para produto; Projeto de norma com número provisório 54:003.09-002 – Turismo de aventura – Técnicas verticais – Procedimentos; ABNT NBR 15505-1 - Turismo com atividades de caminhada – Parte 1: Requisitos para produto; ABNT NBR 15505-2 - Turismo com atividades de caminhada – Parte 2: Classificação de percursos.

Para além dessas normas técnicas, que são orientações e não implicam obrigatoriedade, há o Projeto de Lei nº 7.288/2010, que, em termos pragmáticos, visa definir a quem o profissional de aventura deve sujeitar-se (ou à ABETA ou às entidades esportivas) e, consequentemente, que normalizações irão seguir. As entidades desportivas no campo da aventura manifestaram-se contrárias ao projeto de lei, pois ele seria uma ingerência do turismo de aventura no campo desportivo, o que, na atualidade vem gerando acirrados debates. Portanto, no Brasil, a ênfase na gestão dos riscos está nas competências formais do sujeito, havendo poucas orientações quanto ao uso de equipamento e deixando para cada local de prática a regulação quanto às condições ideais para a prática dos desportos de montanha.

Palavras-chave: Gestão dos Riscos; Desportos de Natureza; Aspectos Legais

Giuliano Gomes de Assis Pimentel

Docente da Universidade Estadual de Maringá, Brasil.

Coordenador do GEL - Grupo de Estudos do Lazer.

Pós-doutor em Turismo e Lazer pela Universidade de Coimbra

POSTERS

Formação e Intervenção dos Técnicos de Alpinismo – Segurança e Gestão do Risco

Quintela, A. & Carvalhinho, L.

Escola Superior de Desporto de Rio Maior – Instituto Politécnico de Santarém
Centro de Investigação em Desporto, Saúde e Desenvolvimento Humano (CIDESD)
E-mail:antoniosantosquintela@gmail.com

Âmbito

Alpinismo é uma “actividade que pressupõe a ascensão de grandes montanhas e que se desenrola em diferentes terrenos (neve, gelo e rocha). Exige um elevado compromisso e necessita de um elevado conhecimento de numerosas técnicas (segurança, auto-resgate, meteorologia, orientação, entre outros). O conhecimento dos perigos da alta montanha tem de estar sempre presente. Trata-se de uma prática de grande beleza, exigente a nível físico (resistência) e a nível psicológico (experiência) (Stückl & Sojer, 1993). Neste sentido, Este estudo está inserido na área científica das ciências do desporto, em particular, no domínio da intervenção técnica, pedagógica e profissional dos técnicos de Alpinismo. De acordo com Carvalhinho (2006), é fundamental continuar a estudar a opinião destes técnicos de Outdoor, no sentido de garantir índices elevados de segurança, e consequentemente, a qualidade desejada na respectiva intervenção profissional. Assim, como principal linha de investigação teremos a problemática da segurança e da gestão do risco.

Objectivos

O presente trabalho de investigação tem como objetivo, estudar as variáveis que normalmente estão associadas às questões de segurança e gestão do risco em atividades de alpinismo e qual o seu grau de importância no planeamento e preparação de atividades de alpinismo.

Metodologia

A amostra será constituída por técnicos de alpinismo diferenciados pela sua formação e experiência profissional. Utilizaremos uma metodologia qualitativa, na qual serão realizadas entrevistas semi-directivas. “Vivemos num momento de descobertas e redescobertas, no que se refere a novos modos de olhar, de escrita, de debate, de discussão e de interpretação (Coffey & Atkinson, 1996)”. Pretendemos perceber também qual o tipo de preocupações e decisões que os guias de Alpinismo mais valorizam, tendo em conta um conjunto de fatores associados às pessoas e ao meio (Almeida & Francisco, 2009).

Palavras Chave: Alpinismo ; Alta Montanha; Gestão; Risco; Variáveis.

Referências

Almeida, M; Francisco, S. (2009). Gestão do Risco em Animação Turística. Riscos industriais e emergentes. C, Guedes Soares. C, Jacinto. A, P, Teixeira, P, Antão, (Eds), Edições Salamandra, Lisboa, (ISBN 978-972-689-233-5), pp. 309-322.

Carvalhinho, L. (2006). Os Técnicos e as Actividades de Desporto de Natureza. Análise da Formação, Funções e Competências Profissionais. Tese de Doutoramento não publicada. UTAD, Vila Real.

Coffey, A; Atkinson, P. (1996). Making sense of qualitative data. London: sage Publications.

Stückl, P., Sojer, G. (1993). Manual Completo de Montaña. Ediciones desnível.

**Planeamento ambiental em desporto de natureza: proposta teórica de
uma Matriz de Planeamento Ambiental em Actividades de Desporto de
Natureza (MPA-ADN)**

Rosa, P.; Carvalhinho, L.

Escola Superior de Desporto de Rio Maior – Instituto Politécnico de Santarém

Unidade de Investigação do Instituto Politécnico de Santarém (UIIPS)

E-mail: prosa@esdrm.ipsantarem.pt | 967187876

Escola Superior de Desporto de Rio Maior (243999280)

As preocupações com as questões ambientais caracterizam fortemente as sociedades doséculo XXI, sendo um dos principais motivos de reflexão dos vários setores sociais. O desporto, como fenómeno mundial, movimenta milhões de pessoas, recursos financeiros, humanos e infraestruturas. É esta movimentação que permite a existência do fenómeno, nas suas mais variadas formas, desde os grandes espetáculos desportivos, até, em menor escala, às atuais práticas de aventura, em contacto estreito com a natureza. É sobre este setor, a prática desportiva em contacto com a natureza, denominada no território nacional como Desporto de Natureza, que se desenvolve o presente trabalho, cujo objetivo geral, reside na proposta teórica de uma Matriz de Planeamento Ambiental para Atividades de Desporto de Natureza

(MPA-ADN), realizadas no âmbito da recreação e do turismo. Foi utilizada uma metodologia qualitativa, baseada na revisão de trabalhos científicos e técnicos, através de processos de análise documental. A análise dos dados e sua discussão, foi realizada segundo diferentes perspetivas da gestão, contemplando a visão da (i) Gestão Ambiental; (ii) Gestão do Desporto;

(iii) Gestão do Turismo; (iv) Gestão da recreação e do turismo em áreas protegidas, e teve como objetivo principal, encontrar pontos comuns entre as perspetivas, evidenciando referências a dois fatores essenciais para a construção da MPA-ADN, consistindo ao mesmo tempo, objetos específicos deste trabalho: 1) Fases do Planeamento ambiental, essencial para a estruturação da matriz; 2) Variáveis ou componentes mais comuns, consideradas nas diferentes fases do planeamento ambiental. A discussão dos resultados permitiu contextualizar a temática, encontrando cruzamentos e adaptações das várias perspetivas analisadas. Permitiu também, a construção da proposta teórica da MPA-ADN. Da análise e discussão efetuadas, concluímos que o modelo proposto, se apresenta objetivo, concreto e adaptado à realidade das instituições que promovem a animação turística e o desporto.

Verificamos também, que uma aplicação/teste desta metodologia é essencial para que se possa validar a sua eficácia.

Palavras chave: Atividades de Desporto de Natureza; Turismo; Planeamento; Gestão Ambiental; Gestão do Desporto; Gestão do Turismo; Gestão de Áreas Protegidas.

Referências bibliográficas:

Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo (4ªed.)*. Lisboa: Edições 70.

Bell, S., Tyrväinen, L., Sievänen, T., Pröbstl, U., & Simpson, M. (2007). Outdoor Recreation and Nature Tourism: A European Perspective. *Living Reviews in Landscape Research*, 1(2007), 2. Acedido em agosto, 31, 2011, em <http://www.livingreviews.org/lrlr-2007-2>

Carvalhinho, L. (2006). Os Técnicos e as Atividades de Desporto de Natureza – Análise da formação, funções e competências profissionais. Tese de Doutoramento não publicada. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Cunha, L. (2007). *Os Espaços do Desporto: Uma gestão para o desenvolvimento humano*. Coimbra: Edições Almedina, S.A.

Eagles, P. (2002). Trends in Park Tourism: Economics, Finance and Management. *Journal of Sustainable Tourism*, 10:2, 132-153.

Font, X., Flynn, P., Tribe, J., & Yale, K. (2001). Environmental Management Systems in Outdoor Recreation: A Case Study of a Forest Enterprise (UK) Site. *Journal of Sustainable Tourism*, 9:1, 44-60.

Hider, W., Payne, R. (2009). Visitor Planning and Management. In P. Dearden, R. Rollins (eds), *Parks and Protected Areas in Canada – Planning and Management* (pp. 169-201). Canada: Oxford University Press.

Instituto Português da Qualidade (2005). *Sistemas de gestão ambiental: Requisitos e linhas de orientação para a sua utilização (ISO 14001:2004)*

Rosa, P. (2011). Desporto de Natureza em espaços naturais: Contributo para o ordenamento em áreas protegidas (Dissertação de mestrado não publicada, Escola Superior de Desporto de Rio Maior, 2011).

Análise comparativa entre Serra da Estrela e Serra Nevada - Análise às cores das pistas

Raul Ressano Garcia

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

E-mail: raul.garcia@eshte.pt

Nos últimos quinze anos o turismo de neve em Portugal tem vindo a adquirir um número crescente e significativo de adeptos. Como tal, novos desafios têm vindo a aparecer aos quais acrescem factores básicos como a segurança e a melhoria das condições já existentes, sob pena de não vermos reconhecidos potenciais destinos de neve em Portugal.

É do conhecimento geral que numa estância de ski são as cores das pistas que definem o seu nível de dificuldade. Uma pista com uma cor errada, i.e. com um nível de dificuldade mal atribuído, pode induzir o esquiador em erro e provocar acidentes graves. Portanto, é essencial que por motivos de segurança as cores das pistas sejam correctamente atribuídas.

Segundo o "Etude réalisée par le cabinet Architecture et Territoire pour le compte de la direction du Tourisme", Espanha conta com 328 meios mecânicos de apoio à prática de ski. A informação fornecida pela Turistrela refere que Portugal conta (apenas) com 5 meios mecânicos localizados na Serra da Estrela, sendo este o único destino de neve Português. Por outro lado, e de acordo com a Cetursa, a Sierra Nevada em Espanha é o destino turístico de neve onde os Portugueses consomem anualmente mais dias de ski.

Neste artigo pretendemos analisar se os critérios de exigência na marcação das cores das pistas da Serra Nevada e Serra da Estrela são diferentes pois, segundo a opinião de esquiadores experientes, as mesmas não obedecem a critérios de exigência semelhantes.

Segundo o PETUR é possível criar na Serra da Estrela 3 novas pistas sendo que o nível de dificuldade nestas deve ser, desde logo, correctamente assinalado. Para tal análise ter-se-á em conta como principal factor influenciador do nível de dificuldade o declive. Pretende-se assim analisar se, a declives semelhantes, são atribuídos os mesmos graus de dificuldade comparando as duas realidades da Serra Nevada e da Serra da Estrela.

Palavras-Chave: Neve, Ski, Pista, Serra da Estrela, Serra Nevada

A gestão (In)sustentável do Turismo de Natureza na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP)

José Manuel Laranjo

Este poster apresenta algumas conclusões dum estudo realizado no âmbito de uma Dissertação de Mestrado em Gestão do Território no Departamento de Geografia da Universidade Nova de Lisboa orientado pelo doutor Carlos Pereira da Silva.

Problematiza-se a dinâmica territorial do Turismo de Natureza na RNAP, identificando ameaças e oportunidades que as Atividades de Animação Turística e as Atividades Físicas de Aventura na Natureza colocam ao planeamento e gestão das 25 áreas classificadas em Portugal Continental nesta era de “retorno à natureza” caracterizada pelo lazer ativo, materializado na proliferação de atividades de aventura, atores, fluxos e por uma nova geografia do efémero uso dos lugares de prática.

Uma das principais conclusões deste trabalho é a constatação que as AP, em Portugal, não dispõem dos meios e condições indispensáveis para acolher e promover a animação turística e compatibilizá-la com a gestão territorial sustentável dos recursos naturais. A gestão, regra geral, parece caracterizar-se por ser casuística em vez de sistémica, reactiva em vez de pró-activa, passiva em vez de activa, punitiva em vez de preventiva, isolada em vez de partilhada, centralizada em vez de regionalizada.

Acreditamos, no entanto, que esta situação pode e deve ser alterada. Não só, porque em tempos de crise os recursos endógenos ganham uma importância estratégica acrescida, mas também porque o emergente mercado do turismo de natureza assim o exigirá.